

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
MESTRADO EM CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

**FERNANDA RODRIGUES DA SILVA SOUZA**

**CURSOS DE PEDAGOGIA EAD SOB A ÉGIDE DA INCLUSÃO: TEORIA E  
PRÁTICA NA CIDADE DE VITÓRIA - ES**

**VITÓRIA - ES  
2019**

FERNANDA RODRIGUES DA SILVA SOUZA

CURSOS DE PEDAGOGIA EAD SOB A ÉGIDE DA INCLUSÃO: TEORIA E  
PRÁTICA NA CIDADE DE VITÓRIA - ES

Dissertação apresentada à Faculdade Vale do  
Cricaré como parte dos requisitos exigidos para a  
obtenção do título de Mestre em Ciência,  
Tecnologia e Educação

Área de concentração: Educação a distância e  
inclusão.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sônia Maria da Costa  
Barreto.

VITÓRIA - ES  
2019

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

S729c

Souza, Fernanda Rodrigues da Silva.

Cursos de pedagogia EAD sob a égide da inclusão: teoria e prática na cidade de Vitória - ES / Fernanda Rodrigues da Silva Souza – São Mateus - ES, 2019.

80 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2019.

Orientação: prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sônia Maria da Costa Barreto

1. Educação especial. 2. Pedagogia. 3. Educação à distância - EAD. 4. Formação profissional. I. Barreto, Sônia Maria da Costa. II. Título.

CDD: 370.71

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6ª Região – MG e ES

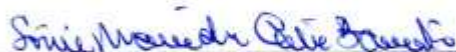
**FERNANDA RODRIGUES DA SILVA SOUZA**

**CURSOS DE PEDAGOGIA EAD SOB A ÉGIDE DA INCLUSÃO:  
TEORIA E PRÁTICA NA CIDADE DE VITÓRIA - ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência, Tecnologia e Educação, na área de concentração Ciência, Tecnologia e Educação.

Aprovada em 12 de julho de 2019.

**COMISSÃO EXAMINADORA**



---

**Profa. Dra. Sônia Maria da Costa Barreto**  
**Faculdade Vale do Cricaré (FVC)**  
**Orientadora**



---

**Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco**  
**Faculdade Vale do Cricaré (FVC)**



---

**Profa. Dra. Josete Pertel**  
**Faculdade Multivix São Mateus**

## **DEDICATÓRIA**

*Ao meu querido esposo Marcos, pela compreensão,  
paciência e apoio nos momentos difíceis.*

*Aos meus amados filhos Sofia e Breno,  
por serem a expressão do que há de melhor em mim.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por me guiar e cuidar durante todos os momentos dessa minha existência.

Ao meu esposo Marcos Fabrício e meus filhos Sofia e Breno que me deram forças para continuar o curso e estiveram sempre ao meu lado.

À minha mãe Nair, pelo cuidado e zelo dedicados em toda minha vida.

Às minhas irmãs Maria, Carlina, Creuza, Tica e Martha que de alguma forma contribuíram para este objetivo.

Ao meu sobrinho Arthur que me ajudou muito também.

À Faculdade Vale do Cricaré por oportunizar o meu crescimento profissional, acadêmico e pessoal, estabelecendo como limites apenas a minha vontade e capacidade de alcançar meus objetivos.

A todos os meus colegas de trabalho, da Faculdade Vale do Cricaré pelo apoio irrestrito durante a realização deste Mestrado.

À minha orientadora, Professora Dr<sup>a</sup>. Sônia Maria da Costa Barreto, pela atenção e comprometimento dedicados, pela partilha de conhecimentos e pela confiança em minha autonomia durante esta pesquisa, sou eternamente grata.

Em especial aos Professores da Banca Examinadora Dr<sup>a</sup>. Sônia Maria da Costa Barreto, Dr. Sebastião Pimentel Franco e Dr<sup>a</sup>. Josete Pertel pela leitura criteriosa e pelas valorosas contribuições para esse texto.

Aos estudantes que gentilmente se dispuseram a responder ao questionário e entrevista, possibilitando a produção de dados necessários para esta pesquisa.

Aos docentes do Programa de Mestrado da Faculdade Vale do Cricaré, pela dedicação e ensinamentos oportunizados, aos servidores técnicos administrativos pela colaboração e atendimento sempre cortês dispensado aos alunos.

A todas as pessoas que contribuíram de forma direta ou indireta, para que eu chegasse até aqui.

Sou muito grata!

## RESUMO

Essa dissertação traz uma reflexão sobre a formação inicial do estudante de pedagogia EAD – Educação a Distância e a sua atuação prática com alunos atendidos na educação especial. Relata uma crítica construtiva sobre a organização curricular do curso de Pedagogia EAD e a sua funcionalidade na prática de ensino. O Objetivo geral: foi pesquisar a estrutura curricular dos cursos de Pedagogia EAD no município de Vitória - ES e a atuação de estudantes de educação especial para a formação de docentes do curso referido. E como objetivos específicos fazer uma análise de como este estudante está adentrando no mercado de trabalho e de que forma ele está atuando em sala de aula com alunos portadores de necessidades especiais. Apresentar o perfil do graduando em Pedagogia EAD referente a prática inclusiva. Relatar, a opinião dos docentes do curso de Pedagogia EAD que atuam com a formação didática e metodológica, sobre o enfoque dado a respeito da inclusão/educação inclusiva nas atividades desenvolvidas nas disciplinas de cunho prático. Enfatizamos a necessidade de uma prática consciente que atenda à legislação e maior carga horária no currículo do curso de Pedagogia em EAD para melhor formar este profissional com mais qualidade. A metodologia proposta para a pesquisa foi o estudo de caso de caráter qualitativo e a coleta de dados realizada mediante aplicação de questionário e após transcrição, foi realizada a análise e apresentação dos dados coletados. Como produto final, foi apresentado à escola pesquisada, sugestão de Projeto de Intervenção com atividades sobre Educação Especial. Registramos ainda, que durante a graduação, os estudantes tenham maior atuação prática com o público da Educação Especial para possibilitar, de forma mais significativa e segura, o processo ensino-aprendizagem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Especial. Pedagogia EAD. Formação Profissional.

## **ABSTRACT**

This dissertation brings a reflection on the initial formation of the EAD - Distance Education pedagogy student and his practical performance with students assisted in special education. It reports a constructive criticism about the curricular organization of the EAD Pedagogy course and its functionality in the teaching practice. The general objective: was to research the curriculum structure of distance education courses in the city of Vitória - ES and the performance of special education students for the training of teachers of the referred course. And as specific objectives make an analysis of how this student is entering the job market and how he is working in the classroom with students with special needs. Present the profile of the undergraduate student in EAD Pedagogy regarding inclusive practice. Report, the opinion of the teachers of the EAD Pedagogy course that work with the didactic and methodological training, about the focus given about the inclusion / inclusive education in the activities developed in the practical subjects. We emphasize the need for a conscious practice that meets the legislation and greater workload in the curriculum of the Distance Education Pedagogy course to better train this professional with higher quality. The methodology proposed for the research was a qualitative case study and data collection was performed by applying a questionnaire and after transcription, the analysis and presentation of the collected data was performed. As a final product, it was presented to the researched school, suggestion of Intervention Project with activities on Special Education. We also note that during graduation, students have greater practical performance with the Special Education public to enable, in a more meaningful and safe way, the teaching-learning process.

**KEYWORDS:** Special Education. EAD Pedagogy. Professional qualification.



## LISTA DE ABREVIATURAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado  
APAE – Associação de pais e amigos dos excepcionais  
AVA – Ambiente virtual de aprendizagem  
CAPES – Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior  
CDPD – Convenção sobre direitos das pessoas com deficiência  
CEE1 – Cuidadora da EE  
CENESPE – Centro nacional de educação especial  
COOR 1- Coordenador de turno  
CORDE – Coordenadoria nacional para integração da pessoa com deficiência  
EAD - Educação a distância  
E 1 – Estudante da educação especial 1  
EAD1 – Estudante do curso de Pedagogia EAD  
ECA – Estatuto da criança e adolescente  
EE – Educação especial  
EJA – Educação de jovens e adultos  
IES \_ Instituição de ensino superior  
LBD – Lei de diretrizes e bases da educação  
LBI – Lei brasileira de inclusão  
MEC – Ministério da Educação e cultura  
Moodle- Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment  
ONU – Organização das nações unidas  
PEE1 – Professor da EE  
SENEB – Secretaria Nacional de educação básica  
SESP – Secretaria de Educação Especial  
TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação  
UAB - Universidade aberta brasileira

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	16
<b>3 PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	25
3.1 FORMAÇÃO DE PROFESSORES .....	28
<b>4 INCLUSÃO: BREVE HISTÓRICO E LEGISLAÇÃO</b> .....	32
4.1 A INCLUSÃO À LUZ DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA .....	37
4.2 PERFIL DO GRADUANDO EM PEDAGOGIA EAD .....	43
4.3 DIDÁTICA: ESTRATÉGIAS, RECURSOS E PRÁTICAS APLICADAS EM EAD.	45
<b>5 ANÁLISE DOS DADOS E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS</b> .....	52
5.1 COLETA DE DADOS: OBSERVAÇÕES DO COTIDIANO ESCOLAR NA SALA REGULAR .....	53
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	62
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	64
<b>APÊNDICES</b> .....	67
APÊNDICE 1.....	68
APÊNDICE 2.....	79
APÊNDICE 3.....	80

## INTRODUÇÃO

A efetivação da inclusão de crianças, jovens e adultos com deficiência nas diferentes modalidades e níveis de ensino não passa somente pelos aspectos de acesso e permanência física e tecnológica nos espaços educacionais, mas necessita, sobretudo, passar e ser transpassada pelos aspectos humanos de interação e apropriação/construção de conhecimento. No entanto, os profissionais “professores”, são delegados a função de comunicar, mediar e instigar a produção e aproximação dos saberes, deixam o universo estritamente acadêmico pouco vinculados a práxis educacional e suas minúcias cotidianas, com a sensação de despreparo para lidar com as complexas relações e situações do âmbito escolar. Dentre elas encontra-se a inclusão e a necessidade de ações e práticas inclusivas na educação onde compartilham conhecimentos e nesta troca há construção e reconstrução de saberes.

A motivação para a constituição da problemática e, conseqüentemente, do desejo de pesquisar o curso de Pedagogia EAD sob a égide da inclusão/educação inclusiva é fruto da prática profissional do pesquisador. Para tal, há necessidade de formação inicial que esteja mais atenta às conjecturas atuais, ou seja:

Todo plano de formação deve ser para que os professores se tornem aptos ao ensino de toda demanda escolar. Dessa forma, seu conhecimento deve ultrapassar a aceitação de que a classe comum é, para os alunos com necessidades, um mero espaço de socialização (PIETRO, 2006, p.60).

Dada a preocupação com o assunto, apontamos como problema: A formação do professor em Pedagogia EAD oferece subsídios necessários para o atendimento de qualidade aos estudantes da educação especial na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ceciliano Abel de Almeida no município de Vitória/ES?

Nas últimas décadas a discussão sobre a formação de professores tem sido destaque no âmbito acadêmico, pela evidente importância atribuída à educação básica como tempo e espaço para a formação de um perfil de trabalhador e cidadão que atenda às solicitações do sistema político e econômico.

Outra questão que tem ganhado destaque e provocado discussões e produções é a inclusão como paradigma social, fruto de uma valorização da diversidade em detrimento à constituição societária que alija os que não se adequam a um padrão sociocultural vigente, vivenciando o isolamento por

preconceitos diferenciadores e a segregação ( MESQUITA, 2007).

Essa inclusão, enquanto paradigma social, também alcança o âmbito escolar, pois como aponta Mittler (2003, p. 24) “[...] o que acontece na escola é um reflexo da sociedade em que elas funcionam”. Os sujeitos que atuam profissionalmente ou que se servem dos préstimos educacionais são permeados pelas crenças, valores e prioridades sociais dentro do próprio espaço da escola, logo, são convocados a refletir a respeito dos mais variados fenômenos que tendem impor-lhes mudanças de posturas e entendimentos.

A presença desse paradigma social, não se faz de forma suave, mas inflama considerações histórico-sociais que modificam toda uma estrutura e habitualidade que a sociedade já cimentara. Portanto, a inclusão nas escolas, seja por reconhecimento e respeito à dignidade humana, seja por força de lei, invoca um processo de reformas, reestruturações físicas, intelectuais e pedagógicas objetivando a possibilidade de acesso de todos os alunos sejam incisivos na possibilidade e as oportunidades educacionais e sociais oferecidas (MITTLER, 2003)

Essas reformulações estruturais no espaço escolar, como aponta Mittler (2003), atingem: o currículo que passa a ser devedor de uma coerência com a proposta inclusiva, para atender a todos os sujeitos; a avaliação que precisa tornar-se um instrumento pouco homogeneizador e mais humanizado, ao atentar para as especificidades, limitações e possibilidades de cada aluno; os registros e relatórios de desempenho dos alunos que não deve ser um depositário de insucessos, mas um aliado na reformulações de práticas e de descobertas singulares dos educandos; os agrupamentos dos estudantes nas salas de aula que devem deixar o caráter celetista e excludente de rendimento, desempenho e disciplina; as pedagogias e práticas pedagógicas que deve dialogar maciçamente com as políticas públicas, os avanços científicos, as pesquisas acadêmicas, as tecnologias, os métodos inovadores de ensino-aprendizagem, entre outras atualizações; as oportunidades de esporte, lazer e recreação que constitui-se na reformulação de valores e posturas já inculcadas pelos sujeitos da escola para produzir interação; e numa inserção própria, a postura do profissional docente para o entendimento e a ação, a práxis pedagógica verdadeiramente inclusiva que atenda e esteja atenta as estruturas já citadas e que se constituam nesse desafio de lecionar para heterogeneidade.

O professor, nesse meio de reformulações estruturais, necessita de uma reflexão pela falta de técnicas e estruturas para lidar com situações desconhecidas que se colocam,

pois o que está em evidência não é somente a garantia de acesso e permanência de educandos antes excluídos educacionalmente e socialmente. Porém, a efetivação de práticas inclusivas que realmente produzam resultados, que gerem conhecimento e permeiem a constituição de um currículo que responda e corresponda aos níveis de aprendizagem dos alunos nas suas necessidades e singularidades.

Induzindo uma aproximação das temáticas de formação docente e inclusão/educação inclusiva, em que por si só já se entrelaçam problematicamente sem árduos esforços, percebemos que uma educação, impulsionada pelo paradigma social de inclusão, invoca um novo educador que se faz inicialmente num embate teórico e acadêmico, mas amadurece somente no âmbito da práxis e das relações eminentemente desafiantes do espaço escolar.

A discussão sobre a formação do professor tem sido temática constante no debate sobre educação inclusiva, porque vem se tornando evidente, no âmbito das instituições formadoras e dos contextos educativos, a premência de se ter professores que atuem nas situações práticas de forma reflexiva e competente, a fim de acolher a diferença e a diversidade nesses âmbitos (VICTOR, 2007, p. 295).

O que Victor (2007) aponta é que a efetivação de um contexto educacional que satisfaça as necessidades educacionais especiais dos estudantes passa terminantemente pelas mãos de professores reflexivos, sensíveis a realidade e críticos de suas próprias práticas pedagógicas. Mas é um erro permitir que a formação de profissionais assim descritos aconteça somente fora do contexto acadêmico: ela deve ser gestada na formação inicial, amadurecida na formação continuada e ganhar vida na práxis cotidiana.

É assim, portanto, que as pesquisas educacionais sobre formação de professores, em especial, a formação para concretizar uma prática e vivência inclusiva na escola, ganham relevância: elas tratam diretamente com uma reconstrução histórico-social viva, que se desenha a cada instante, como afirma Cartolano (1998, p. 2):

[...] educadores de hoje não podem esquivar-se dessa realidade social e, muito menos, perder de vista a viabilidade histórica de um projeto de transformação do real. Uma boa formação teórica e prática, básica e comum a todos, independente da clientela para a qual ensinarão no futuro, lhes garantirá uma leitura crítica não só da educação e das propostas de mudanças nesse campo, mas também uma consciência clara das determinações sociais, políticas e econômicas nelas presentes.

Nessa perspectiva, apresentamos como Objetivo Geral: Pesquisar a estrutura curricular dos cursos de Pedagogia EAD no município de Vitória - ES e a atuação de estudantes de educação especial para a formação de docentes do curso referido.

E como Objetivos Específicos, pretendemos:

- Apresentar o perfil do graduando em Pedagogia EAD referente a prática inclusiva.
- Relatar, a opinião dos docentes do curso de Pedagogia EAD que atuam com a formação didática e metodológica, sobre o enfoque dado a respeito da inclusão/educação inclusiva nas atividades desenvolvidas nas disciplinas de cunho prático.
- Sugerir Projeto de Intervenção com atividades pedagógicas a fim de implementar nas escolas capacitação aos professores, no que diz respeito à inclusão.

A pesquisa será desenvolvida na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ceciliano Abel de Almeida, situada à Rua Doutor Arlindo Sodré, s/n Bairro Itararé - Vitória/ES, retirando em vista os valores que agrega amplamente na comunidade.

A metodologia proposta para a pesquisa é o Estudo de Caso de caráter qualitativo, que consiste, geralmente, em uma forma de aprofundar uma unidade individual. Esta metodologia de Estudo de Caso vem sendo utilizada há muito tempo em diferentes áreas de conhecimento, na educação, sociologia, psicologia, antropologia, medicina e outras com objetivos variados. Serve para responder questionamentos em que o pesquisador não tem muito controle sobre o fenômeno estudado.

Na sondagem, foi utilizado questionário como instrumento de coleta de informação. O questionário é frequentemente confundido com entrevista, teste, formulário, inquérito e escala. O questionário aberto, elaborado apenas com perguntas abertas (subjetivas) ou seja, aquelas em que a resposta é apresentada textualmente e de forma livre. Através do avanço da tecnologia da informação, a aplicação do questionário será enviada eletronicamente para coletar os dados com os estudantes do ensino superior pesquisados.

O interesse pelo tema justifica-se no fato de que a pesquisadora está envolvida com a educação de estudantes com necessidades educacionais especiais desde o ano de 2006, quando assumiu como pedagoga na Rede Municipal Vitória/ES.

A cada formação continuada e seminários dos quais participava ia se encantando, vislumbrando e constatando que os estudantes com necessidades educacionais especiais eram passíveis de aprendizagem, capazes de se tornarem sujeitos do seu próprio conhecimento. A identificação com a Educação Especial foi se intensificando em 2015 quando assumiu a EJA.

Para melhor desenvolvimento, a pesquisa está assim organizada: Capítulo 1 - Introdução: apresenta o tema, o problema, os Objetivos Geral e Específicos e a Metodologia utilizada. Capítulo 2 - Referencial Teórico: apresenta revisão de literatura relacionada ao objeto de estudo sobre a visão de Mittler (2003), Imbernon (2005), Freire (1979), e Belloni (2006), que nos permitiu melhor compreensão sobre a educação inclusiva e educação a distância. Capítulo 3 - Metodologia: aborda a opção metodológica, de natureza qualitativa e as etapas desenvolvidas, os contextos e sujeitos envolvidos, os procedimentos adotados no percurso da investigação e os instrumentos utilizados. Capítulo 4 - apresenta a inclusão, a legislação pertinente e o desenrolar da pesquisa com base nas leituras envolvendo os autores apresentados no Referencial Teórico. Capítulo 5 - apresenta os resultados alcançados por meio dos instrumentos aplicados para a coleta dos dados. Por fim, as Considerações Finais onde se destacam os resultados e a prática pedagógica desenvolvida na atuação prática do estudante de Pedagogia EAD. E ainda as Referências e Apêndices e Anexos, se necessários.

Esta organização será o fio condutor da investigação proposta que focará a forma como a inclusão está acontecendo no município de Vitória/ES e como a aprendizagem está se efetivando na sala de aula para a formação do estudante da educação especial.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A educação a distância está sendo ampliada e vence barreiras. O grande desenvolvimento desta modalidade de ensino é visível devido às mudanças no mundo contemporâneo, com a globalização e o avanço das redes de informação e comunicação. Este tipo de ensino ganha espaço e crescimento com a tecnologia e se torna predominante e de fácil acesso.

A EAD é aplicação de uma modalidade antiga que ocorreu no início da difusão do Cristianismo, em que o apóstolo Paulo utilizava métodos de Educação a distância, pois enviava cartas para as igrejas com finalidade de ensiná-las sobre o Cristianismo. Ainda, segundo Barros ( 2008, p. 30):

[...] O desenvolvimento da comunicação educativa apresenta-se com o *início da escrita*; espaço e tempo. Percorrendo os caminhos da história, observamos que na Mesopotâmia, no Egito e na Índia, na Grécia e em Roma, já se encontrava uma rede de comunicação escrita que permitiu um significativo desenvolvimento da correspondência. Inicialmente, as cartas eram registros de problemas e fatos do cotidiano pessoal e coletivo; aos poucos, passaram a transmitir informações científicas que, de forma intencional ou não, destinaram-se à instrução e ao conhecimento de algo.

A Educação a Distância torna-se importante no aprendizado contínuo com mais frequência nas instituições de ensino superior e se faz presente possibilitando aprendizagem e capacitação aos profissionais com perfil inovador. Este necessita desenvolver várias habilidades, entre elas: solucionar problemas e adaptar-se a diversas situações.

A educação a distância apresenta várias vantagens. Muitas destas se resumem à própria concretização dos seus objetivos e estão relacionadas à abertura, flexibilidade, eficácia, formação permanente e personalizada e à economia de recursos financeiros. Como: Combinação entre estudo e trabalho, permanência do aluno em seu ambiente familiar, menor custo por estudante, diversificação da população escolar, autonomia do aluno, materiais didáticos já incluídos no preço, interatividade entre alunos, professores e técnicos de apoio, conteúdos digitais adicionais entre outras.

Para BELLONI (2006) a preocupação em relação à EAD no Brasil seria a falta de acesso à tecnologia devido a desigualdade social. E também com as habilidades dos



estudantes, uma vez que esta modalidade de ensino exige autonomia e muita pesquisa.

A Educação a Distância é processada de forma indireta no espaço e no tempo, O contato regular e frequente com o estudante facilitando a interação satisfatória é fundamental para a motivação e segurança do estudante, pois lhe proporciona ritmo próprio de estudo, no local e horário, com assistência permanente, formação de competências e autonomia intelectual.

A educação a distância é uma modalidade de ensinar e aprender democrática porque iguala as oportunidades de acesso ao saber, ao conhecer e fomenta a educação permanente. São criadas possibilidades do aprendizado sem fronteiras e em diversos níveis para um grande número de interessados, independente do espaço e tempo. Destacamos que essa modalidade de ensino propicia e incentiva o desenvolvimento da autonomia do estudante durante o processo de aprendizagem, fornecendo condição de gerenciar com liberdade e responsabilidade seu estudo. Aumentando assim a autoestima do estudante e fazendo-o perceber capaz de realizar o sonho da formação acadêmica.

A primeira legislação federal para EAD surgiu em 1961 e não se tratava especificamente da EAD. No Artigo 104 abriu a terceira possibilidade a cursos ou escolas experimentais, com currículos, métodos e períodos escolares próprios, condicionando seu funcionamento à autorização dos Conselhos Estaduais de Educação, nos casos de cursos de nível primário e médio. Na década de 1960, aproximadamente em 1967, foi promulgado o Decreto-Lei nº. 236, prevista a transmissão de aulas por meio da televisão educativa. O Decreto-L ei nº. 236, de 1967 não regulamentou a educação a distância em si, mas previa forma para sua veiculação: utilizando a televisão educativa. Esta regulamentação dá indícios de que a educação a distância já fazia parte da pauta de nosso Governo desde a década que complementava e modificava o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Em agosto de 1971 foi criada a Lei nº 5.692 fixando diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus também trouxe sua contribuição para a abertura da trilha que levaria à regulamentação específica EAD. Esta legislação apontava para a

flexibilização do ensino, o antigo ensino supletivo: foi regulamentada a utilização de tecnologias da informação e comunicação no ensino. Possibilitando que as aulas na modalidade supletivo pudessem ter recursos como utilização de rádio, televisão, correspondências e outros meios de comunicação que alcançassem o maior número de estudantes possível.

Em 1995 o Telecurso de 2º grau foi reorganizado passando a chamar Telecurso 2000 e Telecurso Profissionalizante e foi criada a Secretaria de Educação a Distância, SEED/MEC, que lançou no ano 2000 um curso a distância relacionado ao Projeto TV Escola, programa do Ministério da Educação e do Desporto.

Em 1996 através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB ocorreu a regulamentação da EAD no Brasil e segundo Lobo Neto (2006) faz menção direta à educação a distância e é a responsável por um novo status desta modalidade de ensino no Brasil.

O Artigo 32 da LDB autoriza a utilização do ensino à distância no ensino fundamental como complementação de aprendizagem ou em situações emergenciais. Já no Artigo 47, mostra peculiaridades que a educação a distância mantém em relação ao ensino presencial, ao destacar no § 3º que, no ensino superior, é obrigatória a presença de alunos e professores salvo nos programas de educação à distância; já apontando para a flexibilização de momentos presenciais nesta modalidade educacional.

Estabelecendo a obrigatoriedade de exames presenciais para certificação, de responsabilidade da instituição credenciada para ministrar o curso, assim como a transferência e aproveitamento de estudos de cursos presenciais. Atualmente vivenciamos a terceira geração da EAD, é importante destacar todas as possibilidades oferecidas a partir do acesso à internet. A partir da Portaria 4059/2004 há aproximação das formas de educação presencial e a distância. No Artigo 2º permite perceber que:

A oferta das disciplinas previstas no artigo anterior deverá incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação para a realização de objetivos pedagógicos, bem como prever encontros presenciais e atividades de tutoria. Para os fins desta Portaria, entende-se que a tutoria das disciplinas ofertadas

na modalidade semipresencial implica na existência de docentes qualificados em nível compatível ao previsto no projeto pedagógico do curso, com carga horária específica para os momentos presenciais e os momentos a distância.

Propiciando desta forma uma tutoria qualificada, exercida por professores capacitados para a função educativa. É válido destacar Paulo Freire que, mesmo na penúria de situações materialmente bastante adversas, sempre extraiu nelas a riqueza da construção coletiva do conhecimento, valorizando e problematizando os saberes dos educandos. sinalizando que a fronteira entre educação especial e a distância seja cada vez menor.

Cursos à distância recorrem a atividades presenciais como estratégias para conseguir um melhor rendimento, aumentando o sentimento de fazer parte de um grupo, o que pode ser decisivo para evitar a evasão. Utilizando as tecnologias de informação e comunicação nos cursos presenciais. Reafirmando a preocupação de que tal prescrição legal não se torne simplesmente um caminho para enxugamento de custos, considero que a formação de professores, nos cursos de pedagogia e nas licenciaturas em geral, prioridade da educação brasileira, não pode desconhecer o uso das TICs, ou, como afirma Maria Luiza Belloni 2006, p.77:

A perspectiva de formação de professores exige esta reflexão sobre como integrar as TICs à educação como caminho para pensar como formar os professores enquanto futuros usuários ativos e críticos bem como os professores conceptores de materiais para a aprendizagem aberta e a distância.

O desafio é oferecer uma educação aberta que supere a polarização presencial e a distância, garantindo a formação de estudantes que estejam aptos a atuar no mercado de trabalho e enfrentar os desafios cotidianos.

Desde 1998, o Decreto nº 2.494 afirma que a falta de atendimento aos padrões de qualidade seria motivo de sanções às instituições de ensino. Estes padrões de qualidade deveriam ser definidos em ato próprio do Ministério da Educação. Após dez anos, o ato ministerial não foi elaborado e a função de estabelecer critérios de qualidade para a EAD foi cumprida, em 2003, pelo documento Referenciais de Qualidade para Cursos a Distância, de Carmen Moreira de Castro Neves, diretora de Política de Educação a Distância do MEC, na época. Documento base, recentemente para a formulação de outro documento oficial, Instrumento de Credenciamento Institucional para Oferta de Educação a Distância, estabelecendo critérios a serem

seguidos na avaliação dos cursos a distância, pelos especialistas indicados pelo Ministério.

São dez os itens básicos elencados no Referencial de Qualidade que merecem a atenção das instituições que preparam seus cursos e programas a distância: compromisso dos gestores; desenho do projeto; equipe profissional multidisciplinar; comunicação/interação entre os agentes; recursos educacionais; infraestrutura de apoio; avaliação contínua e abrangente; convênios e parcerias; transparência nas informações; sustentabilidade financeira.

É importante destacar a dimensão da discussão sobre os critérios de qualidade referentes a função docente nos cursos de EAD. Segundo Belloni (2006, p. 84):

Consideradas do ponto de vista da organização institucional, podemos agrupar as funções docentes em três grandes grupos: o primeiro é responsável pela concepção e realização dos cursos e materiais; o segundo assegura o planejamento e organização da distribuição de materiais e da administração acadêmica (matrícula, avaliação); e o terceiro responsabiliza-se pelo acompanhamento do estudante durante o processo de aprendizagem (tutoria, aconselhamento e avaliação).

Somente a partir da última década que as instituições que adotaram uma perspectiva de aprendizagem aberta têm apresentado um maior investimento em atividades de tutoria. A cada dia a modalidade EAD vem ganhando mais espaço com a devolutiva da tecnologia de informação e comunicação na educação, havendo expansão da EAD mundialmente.

De acordo com Barros (2008, p.6),

[...] para entender a Educação a Distância (EAD) é necessário compreender a educação online que engloba todos os elementos que se referem ao virtual e às formas metodológicas atuais organizadas para a aprendizagem. Quando falamos em educação online estamos nos referindo à educação não presencial mediada por tecnologias digitais. Isso engloba vários elementos como a EAD, os E. B. M. learning(s), entre outros.

Pode ser entendida como um conjunto de ações de ensino e aprendizagem que são desenvolvidas através de meios telemáticos como a Internet, a videoconferência e a teleconferência. A educação online nos traz questões pedagógicas específicas com desafios novos para a EAD e a presencial. Para o uso da educação online um dos maiores desafios está na compreensão da diferença do paradigma virtual e do

presencial na utilização das interfaces da tecnologia disponíveis para a aula.

Entre outras formas e meios de comunicação, a Educação a Distância ocorre de várias formas: livro impresso, correio, rádio, TV e/ou internet e outras mídias digitais. Esta comunicação tinha enquanto objetivo propiciar aprendizagem às pessoas ausentes. No ano de 2000 ocorre a consolidação da EAD no Brasil com o surgimento da Universidade Virtual Pública do Brasil Unirede, com oferta de curso de graduação e formação de professores. Nos dias atuais o número de oferta de cursos cresceu significativamente, visando atender à formação continuada do professor em exercício e às transformações na educação.

A responsabilidade do profissional de educação é grandiosa perante a sociedade desenvolvendo atividades que favoreçam a transformação das pessoas. Desta forma, mediante a conscientização dos indivíduos com os quais existe uma relação de trabalho, haverá o trabalhador social, o agente de mudança. Para Freire (1979) deve haver uma relação íntima e dialética no contexto da sociedade onde se desenvolve o processo de alfabetização e conscientização de adultos. Quando o homem educando reflete sobre a sua própria realidade ele a compreende.

Com o paradigma da inclusão é necessário pensar na educação dos estudantes da educação especial em todas as modalidades de ensino. Uma das condições de funcionamento da escola é o professor, embora saibamos que a própria instituição escolar deverá buscar novos posicionamentos diante dos processos de ensino e de aprendizagem, orientados por concepções e práticas pedagógicas que atendam à diversidade humana. Como diz Mantoan (1997, p. 20) “[...] o princípio democrático de educação para todos só se evidencia nos sistemas educacionais em todos aos alunos e não „apenas em um deles.”

A autora enfatiza que é indispensável uma reforma na formação dos professores, que precisam aprender a identificar e entender às necessidades especiais de aprendizagem de todos os estudantes da educação especial.

Existem duas questões prioritárias na formação de professores especializados: a primeira trata da parceria com as universidades; a segunda, diz respeito à própria

concepção da educação especial em si. Quanto à primeira questão, é urgente que as necessidades, de modo geral, incentivem a pesquisa e a produção de trabalhos referentes à educação especial, no nível de graduação e de pós-graduação. As disciplinas sobre a educação especial não podem mais ser opcionais, nem os cursos de pós-graduação podem restringir-se a algumas.

Dentro dessa perspectiva, a educação especial passa a ser estudada, não apenas por aqueles que trabalham com estudantes da educação especial mas por todos os professores da rede regular de ensino, que precisam estar preparados para receber o deficiente visual, físico, mental, e outros, agora inclusos na escola.

A formação de professores caracteriza-se como ação fundamental, para que a inclusão ocorra de fato, mudando assim a realidade da educação especial no Brasil. Na educação a meta principal é satisfazer as necessidades específicas de aprendizagem de cada estudante, incentivando a aprender e desenvolver seu potencial, a partir de sua realidade. Isso requer, por parte dos professores, maior sensibilidade e pensamento crítico a respeito de sua prática pedagógica. Esta prática pedagógica deve ter como objetivo a autonomia intelectual, moral e social dos estudantes. Com este movimento de inclusão o educador precisa ter capacidade de conviver com as diferenças e superar qualquer tipo de preconceito.

Desta forma, os cursos de formação de professores na modalidade EAD devem ter como finalidade, no que se refere aos futuros professores, a criação de uma consciência crítica da realidade que eles vão trabalhar e o oferecimento de uma fundamentação teórica que lhes possibilita uma ação pedagógica eficaz.

Podemos concluir que o modelo brasileiro de EAD voltado para a carreira de professor está desajustado para o novo momento educacional. Portanto, precisamos de respostas imediatas não só quanto à reformulação dos cursos de nível superior e quanto aos profissionais que exercem atividades no magistério hoje e ainda à criação de programas de educação continuada, necessários ao aprimoramento profissional e ao desempenho de suas funções, considerando o novo paradigma educacional da inclusão.

São ações fundamentais para a construção de uma educação que atenda às necessidades, as possibilidades e ao interesse do estudante. Para isso, todavia, precisamos de profissionais de educação responsáveis e competentes de forma pedagógica.

Assim, a escola deve ser um espaço para a sistematização da aprendizagem sem ser um espaço de esmagamento do homem como ser pensante, destacando a importância fundamental do professor na vivência do estudante. Ele precisa ter consciência de sua importância no processo de formação do indivíduo, pois, a dificuldade de se fornecerem atividades significativas é um dos maiores obstáculos a vencer.

Nesse sentido, acreditamos que a discussão pertinente na área da educação inclusiva contribuirá para criação de uma escola mais justa e acolhedora diante das diferenças e necessidades dos estudantes. Para Moran (2002, p.3) “[...] a educação a distância não é um “fast- food” onde o aluno se serve de algo pronto. É uma prática que permite equilíbrio entre as necessidades e habilidades.

Desta forma, amplia-se o leque de possibilidades com a intenção de formar educadores com maior qualidade, atendendo aos critérios necessários para que o retorno no mercado de trabalho, especificamente na escola, seja de maior qualidade. Porém, este processo de mudança na EAD não é fácil em todas as modalidades educacionais, devido a desigualdade econômica e a falta de acesso aos recursos tecnológicos.

Segundo Pratt (2002, p. 116):

Na EAD assim como em qualquer outro curso, o professor precisa começar com o fim em mente. O que queremos que os nossos alunos aprendam quando interagem com o material desse curso? Que experiência os alunos levarão com eles ao concluí-lo? No curso on-line, o plano de ensino é deliberadamente mais aberto a fim de permitir que os alunos desenvolvam novas ideias, exercitem sua capacidade de pensar criticamente e saibam pesquisar. Os objetivos podem ser mais amplos, para que os alunos desfrutem de um curso sem direcionamentos predefinidos e com base em seus interesses e necessidades. Ao planejar um curso on-line, contudo, é ainda importante considerar os resultados esperados conforme o curso progride.

O professor deverá ser o organizador e o mediador do processo ensino aprendizagem sendo desta forma constantemente desafiado a inovar, somente as tecnologias não garantem o ensino de maior qualidade, é preciso ter ações estratégicas de planejamento, tanto pedagógicas como administrativas.

Sendo necessário o envolvimento de todos neste processo, ou seja, o professor da EAD e os estudantes, porque ambos têm grande papel na construção da comunidade virtual, mantendo no ambiente de suporte, trocas que contribuem para a aprendizagem, tornando a distância virtual em sensação presencial, promovendo efetivamente a construção de conhecimentos e uma formação de qualidade.

Todo o processo que se realiza mediante a modalidade de EAD deve ser orientado para o desenvolvimento do estudante em sua totalidade, substituindo assim as preocupações anteriores dos currículos e dos programas, por uma nova metodologia e formas diferenciadas de como ele aprende. A informatização está provocando mudanças profundas nas relações de trabalho e de produção e, ao mesmo tempo, influenciando os valores educacionais estabelecidos há mais de um século. A nova visão de aprender a distância está em sintonia com a vida contemporânea e são os próprios estudantes que estão se tornando os agentes desta mudança.



### 3 PERCURSO METODOLÓGICO

A investigação proposta não se materializa somente pela problematização e o desejo de buscar respostas e tecer análises num percurso espaço-temporal, mas depende, sobretudo, em se tratando de pesquisa em Educação, de uma escolha metodológica criteriosa e cuidadosa, já que lida com fenômenos sociais e educacionais num contexto atual e dinâmico.

Minayo (1994, p. 16) define metodologia como:

[...] o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. [...] inclui as concepções teóricas, o conjunto de técnicas que contribuem para a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador.

Dessa forma pode-se também identificá-la como uma pesquisa de cunho exploratório com vistas à pesquisa-ação devido ao envolvimento da pesquisadora nesse processo, como: levantamento bibliográfico e análise documental; entrevistas com os sujeitos que compõe a prática e o problema em questão; análise de experiências que enriqueçam e esclareçam as propostas de investigação.

Os sujeitos alimentadores desse processo investigativo são um grupo de cinco estudantes em fase de finalização (dois últimos períodos) do curso de Pedagogia Ead, bem como os professores que atuam diretamente com as disciplinas de cunho didático e formativo para práticas pedagógicas e os que ministram as disciplinas que tratam especificamente das temáticas inclusão/educação inclusiva.

A execução dessa pesquisa foi na Emef Ceciliano Abel de Almeida em Vitória/ES em que os estudantes do curso de Pedagogia EAD das IES cumprem as disciplinas de Estágio Supervisionado. As reflexões colocam-se no intuito de lançar um olhar crítico sobre a formação inicial de professores do curso de Pedagogia EAD a respeito do paradigma inclusivo, em termos de currículo, experiências e expectativas de atuação e possíveis resultados da sua prática.

Assim, emergem desde já algumas perspectivas e dilemas a serem observados no percurso investigativo: A inclusão, enquanto paradigma social e educacional exige

modificações estruturais nos sistemas de ensino, que não devem restringir-se somente às identificáveis dificuldades dos educandos com necessidades educacionais especiais, mas precisam estender-se às situações de exclusão em seus diversos aspectos e com os diversos sujeitos;

- A construção de políticas que efetivem a educação inclusiva não se dá forma imediata, mas deve ser gradativa, ininterrupta, reflexiva, sistemática, na intenção de produzir uma educação de qualidade aos educandos com necessidades educacionais especiais;
- A observação lenta e gradual dos processos de ação e transformação não deve ser tomada como justificção para a não efetivação da educação inclusiva, nem mesmo para manter a segregação nos processos de ensino;
- A educação de qualidade passa pela formação de professores qualificados para lidar com a heterogeneidade e as mais complexas situações do ambiente escolar, pautando-se nos princípios de educação para todos, e, por conseguinte, da educação inclusiva;
- A formação inicial do docente deve lhe garantir uma visão mais abrangente das construções sócio históricas de inclusão e exclusão, bem estar atenta a reflexão sobre práticas mais concretas com educandos em suas necessidades;
- O docente, em sua formação inicial, deve ter contato com conteúdos inclusivistas e ser tomado por ações, práticas e métodos que materializem esses conteúdos na aproximação com os contextos reais das escolas;
- A formação docente deve, nas especificidades das áreas do conhecimento, ser transpassada por técnicas e estudos na educação inclusiva, como forma de minimizar as deficiências na trajetória profissional, bem como, desmistificar e preparar humanamente o professor.

A inclusão só ocorrerá quando houver modificação significativa na estrutura educacional, a implementação de políticas públicas voltadas para os estudantes da Educação Especial que deverão ocorrer gradualmente. E a formação inicial do educador deverá ser qualificada e continuada, propiciando maior preparo para o atendimento na Educação Especial.

A metodologia proposta para a pesquisa é o Estudo de Caso de caráter qualitativo, que consiste, geralmente, em uma forma de aprofundar uma unidade individual. Ele serve para responder questionamentos que o pesquisador não tem muito controle sobre o fenômeno estudado. Também inclui levantamento de autores que pesquisaram sobre o tema/problema desta investigação. A modalidade de pesquisa qualitativa instiga determinado grupo a pensar e expor suas ideias em relação a algum tema, objeto ou parecer. O pesquisador amplia seus conceitos e entendimentos a partir dos dados coletados e/ou produzidos.

Para Bogdan e Biklen (1994, p. 48) a investigação qualitativa apresenta cinco características:

A fonte direta dos dados encontra-se no ambiente natural, sendo o pesquisador o principal instrumento de investigação. Os problemas podem ser mais bem compreendidos a partir do contato direto e prolongados do pesquisador com o ambiente a ser investigado, pois os locais necessitam ser compreendidos “[...] no contexto da história das instituições a que pertencem”. É descritiva, pois na busca de conhecimento os investigadores descrevem minuciosamente os dados recolhidos, pois tudo tem potencial para esclarecer o objeto de estudo. Interessa-se mais pelo processo do que pelo produto, pois, ao investigar determinado problema, a atenção do pesquisador volta-se para o modo como ocorrem os acontecimentos, os seus significados, causas e como se manifestam nas interações humanas. As análises tendem a ocorrer de forma indutiva, uma vez que as abstrações são construídas à medida que os dados vão sendo recolhidos, e não para confirmar hipóteses previamente construídas. Os “significados” possuem vital importância para os investigadores qualitativos, pois, estes se interessam em apreender as perspectivas das pessoas que participam dos processos a serem investigados e em dar visibilidade às dinâmicas internas das situações estudadas.

A observação, sobre o enfoque sócio-histórico teve o intuito de perceber/observar/investigar/analisar como o processo de apropriação dos conhecimentos se efetivou com os estudantes da educação especial mediante a atuação do professor graduado em Pedagogia EAD na escola Ceciliano Abel de Almeida. Também foi aplicada a entrevista semiestruturada a ser realizada com os estudantes para ter acesso aos dados de difícil obtenção por meio da observação, como pensamentos, sentimentos, intenções.

A primeira etapa da pesquisa consistiu em contatar a instituição para expor e combinar os procedimentos e intenções da pesquisa e do pesquisador; a segunda prevê a realização de um encontro/reunião com os professores para a aplicação do questionário de acordo com as suas disponibilidades de tempo/horários. Nesse

momento organizamos dois grupos distintos para apresentar o objetivo da pesquisa, bem como a sua importância e em seguida e individualmente, o questionário será respondido. As respostas foram analisadas e articuladas com os elementos teóricos que fundamentam a pesquisa e num diálogo entre teoria e prática, apresentaremos o resultado desse processo de investigação.

Nessa perspectiva, a pesquisa, as construções fenomenológicas e sócio históricas se desenham no percurso da práxis, bem como o olhar de “reconstrução” por sobre a realidade tal como os atores sociais a observam.

Com o resultado dos dados coletados, apresentamos um quadro descritivo com as informações obtidas na análise das entrevistas, dos questionários aplicados e do acompanhamento dos estudantes da educação especial conforme descrito nos próximos capítulos .

### 3.1 FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A formação de professores tem se constituído em uma intervenção ativa , é um mecanismo estratégico da sociedade contemporânea buscando atingir objetivos educacionais ambiciosos e equiparados às exigências priorizadas pelo governo. É preciso garantir que a formação seja indispensável para a promoção de uma melhor educação, sobretudo os que trabalham na escolarização de estudantes com necessidades especiais a esses profissionais, além das competências de alfabetização e mediação para a apropriação de conteúdos curriculares por parte desses educandos, se faz necessário uma formação com caráter socializador, que dê enfoque ao projeto de inserção integral desses sujeitos em sociedade.

E ainda: preparar esses docentes para criar novos meios/métodos/possibilidades a partir das especificidades de cada estudante com vistas à busca por uma educação que valorize as suas características. Essa escolarização deve ocorrer na medida em que seus potenciais naturais sejam expandidos, possibilitando o aprendizado desses educandos consigo com outros alunos e com a mediação docente.

A formação do professor de Educação Especial, na perspectiva da sua formação

continuada, precisa abarcar processos educacionais onde a criatividade e a boa qualidade de autogestão de sua atuação docente fomentem ações pedagógicas que permitam ao estudante conhecer e (re) conhecer o mundo que o cerca, construindo e reconstruindo cotidianamente seus saberes e suas ações.

O aluno deve ser respeitado com todas as peculiaridades que o tornam diferente, demandante de processos sociais, educativos e políticos que lhe permitam viver e gozar de direitos e deveres como todas as pessoas, tão diversas e singulares, que existem no mundo.

Sobre a legislação é preciso destacar como marco jurídico-institucional fundamental a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira Lei nº 9394, aprovada em 20 de dezembro de 1996. Com o objetivo de iniciar um processo de mudanças em todos os níveis da educação, que foram reorganizados em educação básica - que abarca a educação infantil, o ensino fundamental e ensino médio a LDB dedica um capítulo à formação de professores, assinalando os fundamentos metodológicos, os tipos e as modalidades de ensino, bem como as instituições responsáveis pelos cursos de formação inicial dos professores.

Estudos recentes têm reafirmado a necessidade da melhoria da formação de professores como condição essencial para a promoção eficaz da inclusão de estudantes com necessidades especiais em rede regular de ensino. Há professores que ainda seguem o modelo tradicional, inadequado para suprir as reivindicações em favor da educação inclusiva. Dentre os cursos de Pedagogia EAD poucos oferecem disciplinas ou conteúdos voltados para a educação de pessoas com necessidades especiais que necessariamente contribuirão para a prática.

De maneira geral, as licenciaturas não estão preparadas para desempenhar a função de formar professores que saibam lidar com a heterogeneidade posta pela inclusão. Isso é preocupante, pois os estudantes bem ou mal estão sendo incluídos e cada vez mais as salas de aula.

A LDB de 1996 em seu Artigo 59, reconhece a importância de se formar professores especializados para atender pessoas com necessidades especiais, sob quaisquer

modalidades de ensino:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração [leia-se, inclusão] desses educandos nas classes comuns.

O trabalho do professor regular e a atuação do professor especializado seriam unificados, pois o regente teria o mínimo de conhecimento e prática com estudantes especiais, enquanto o especialista teria conhecimento aprofundado e prática sistemática no que concerne a necessidades educacionais específicas. A formação pedagógica do especialista deverá ser de caráter geral.

Para que ocorram mudanças efetivas no quadro educacional brasileiro em relação à inclusão de estudantes com necessidades especiais, é necessário combater os problemas educacionais gerais como, por exemplo, o fracasso e evasão escolares e a deterioração da qualidade do ensino público. É necessário e contributivo que o resgate da cidadania se amplie sua perspectiva existencial não basta somente a promulgação de leis que favoreçam a criação de cursos de capacitação básica. É preciso investir em políticas públicas para inclusão também, com programas de capacitação de professores e acompanhamento contínuo.

A escola onde será desenvolvida a pesquisa é a Emef Ceciliano Abel de Almeida, localizada a Rua Doutor Arlindo Sodré, sem número, Bairro Itararé, no município de Vitória - ES. A escola possui ampla área física ampla, é adaptada para o público da educação especial, possui rampa facilitando a acessibilidade.

Há dois professores especializados em cada turno para atender as demandas da Educação Especial e no diurno é possível contar ainda com apoio de estagiários para acompanhar os estudantes. No noturno os estudantes da EJA tem o apoio somente das professoras especializadas, não há disponibilidade de estagiários para o referido turno.

Os quatro estudantes que pesquisados são oriundos do bairro Itararé e região de

Marúpe – dois possuem deficiência intelectual, um deficiência motora e o outro, deficiência mental. É importante salientar que o quantitativo de estudantes pesquisados é pequeno devido ao número reduzido de estudantes do turno noturno. Se estivermos atentos a construção de uma formação docente que leve em conta as transformações paradigmáticas da sociedade e que observe a necessidade de efetivar os princípios elencados, estaremos também contribuindo para uma educação que amplie sua ação e oportunize o maior número de crianças, seja ela com necessidades educacionais especiais ou não, para que todas sejam agraciadas com ensino de qualidade e respeito às necessidades individuais

## **4 INCLUSÃO: BREVE HISTÓRICO E LEGISLAÇÃO**

Até o século XVIII, as noções de respeito a deficiência eram ligadas ao misticismo e ao ocultismo. A falta de conhecimento sobre as deficiências contribuiu muito para que as pessoas portadoras de alguma deficiência ficassem marginalizadas. O primeiro movimento pelo atendimento aos estudantes especiais surgiu na Europa, posteriormente nos Estados Unidos, Canadá e Brasil. Até o final do século XIX haviam muitas expressões para referir o atendimento aos portadores de deficiência. Foi Helena Antipoff que introduziu o termo “excepcional”, em substituição as expressões: “deficiência mental” e “retardo mental”, usadas na época para designar as crianças com deficiência intelectual.

A defesa da cidadania e do direito à educação dos estudantes atendidos pela educação especial são atitudes recentes em nossa sociedade, manifestando-se através de medidas isoladas de indivíduos ou grupos. A conquista e o reconhecimento de alguns direitos podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais a partir de meados deste século. É importante destacar que o interesse pelas ações em prol das pessoas portadoras de deficiência iniciou-se no Brasil no século XIX por alguns indivíduos que necessitavam de direitos e de políticas sociais que os amparasse. Inclusive a evolução na melhoria do atendimento para este público é resultado das ações movidas por grupos pequenos.

O Instituto Pestalozzi foi criado em 1926 pelo pedagogo suíço Jojann Heinrich Pestalozzi, em Porto Alegre/RS e funcionava como internato, semi e externato e o atendimento aos estudantes era por convênio com instituições públicas federais para atender pessoas com deficiência intelectual no Brasil

Em dezembro de 1954 foi fundada no Rio de Janeiro a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE com o apoio do governo federal, no governo do General Castelo Branco. A partir daí, a Lei 4024-61 reafirma o direito dos estudantes especiais à educação, o Artigo 88 indica que para integrá-los na comunidade e ao processo educacional deverá dentro do possível enquadrar no sistema geral de educação. Desta forma, a educação oferecida aos estudantes da educação especial



deverá acontecer com a utilização dos mesmos serviços educacionais que a população em geral tem direito.

Posteriormente, o Conselho Federal de Educação aborda a educação especial como integrante de uma política educacional e atribui um sentido clínico e terapêutico a ela.

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), no Título VIII da Ordem Social e no Capítulo VII da família da criança, do adolescente e do idoso trás no Artigo 17:

Serão criados programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração do adolescente portador de deficiência mediante o treinamento para o trabalho e a convivência e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

Estabelece também sobre a acessibilidade para as pessoas portadoras de deficiência deixando explícita a necessidade de fabricação de veículos de transportes coletivos adaptados. É colocado também como dever do Estado a oferta do ensino fundamental obrigatório, gratuito e para todos.

É importante registrar a Lei nº 7.853/89 que cria normas gerais para o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência e sua efetiva integração social. Em seu Artigo 2º. estabelece que ao Poder Público e seus órgãos, cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência pleno exercício de seus direitos básicos. No Inciso I desse mesmo artigo, defende as medidas a serem tomadas pelos órgãos da administração direta e indireta na área da educação.

A inclusão no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de primeiro e segundo graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios.

A inserção, no referido sistema educacional, as escolas especiais, privadas e públicas.

A oferta obrigatória e gratuita da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino.

O oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar e escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados por prazo igual ou superior a um ano, educandos portadores de deficiência.

O acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo.

A matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e

partilhadas de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino.

A Lei nº 7. 853/89, Artigos 10 e 11 reestruturam a CORDE Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência com órgão autônomo administrativa e financeiramente. O Artigo 15 estabelece que a Secretaria de Educação Especial SESPE do Ministério da Educação será reestruturada. Em 1990 a SESPE foi extinta e suas atribuições foram absorvidas pela SENEb Secretaria Nacional de Educação Básica através do Decreto nº 99678-90.

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelecido pela Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 prevê identificação e análise da legislação e das normas relativas à educação de portadores de deficiência. Prescrevendo sua aplicação a crianças e adolescentes. No Artigo 11 garante acesso às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde, destacando os Parágrafos 1º. e 2º. em que as crianças portadoras de deficiências receberão atendimento especializado e que a eles será garantido o fornecimento gratuito de medicamentos, próteses e outros recursos para tratamento, habilitação e reabilitação. Este Estatuto é o conjunto de direitos e deveres legalmente estabelecidos para toda criança e adolescente portador (a) de deficiência ou não.

Em 1991 é editada a Resolução 01/91 pelo Fundo Nacional para Desenvolvimento da Educação condicionando o repasse do salário educação à aplicação pelos Estados e Municípios de pelo menos 8% dos recursos educacionais no ensino especial. Mas somente em 1992 o MEC Ministério de Educação e Cultura destina recursos específicos para a Educação Especial cumprindo a legislação.

No período do governo do Presidente Fernando Collor de Mello houve alteração da proposta através da Mensagem no. 37 de 1992 do Congresso Nacional retirando setenta bilhões de cruzeiros destinados a erradicação do analfabetismo e universalização do Ensino Fundamental para serem utilizados na compra de ônibus escolares. Este projeto que ficou intitulado “ônibus da alegria” foi engavetado e o governo destinou a verba do orçamento para APAE.

O Projeto de Lei número. 101 de 1993 da Câmara Federal que fixa as Leis e Diretrizes

e Bases da Educação Nacional - LDB disciplina a educação escolar no Capítulo III, estabelecendo que: “A educação, direito fundamental de todos, é dever do Estado e da família com a colaboração da sociedade, cabendo ao Poder Público ( ...) observar modalidades e horários compatíveis com as características da clientela”. Reafirma, assim, o dever do Estado com a educação escolar será efetivado mediante a garantia da universalização da educação básica.

O Capítulo V da LDB define as instituições privadas de ensino, contempladas no Artigo 213 da Constituição Federal sinalizando a obrigatoriedade de comprovação de determinadas condições, dentre as quais, as de ter objetivos educacionais sem prejuízo das finalidades inerentes ao caráter confessional, filantrópico ou comunitário da instituição.

No Capítulo VI da LDB regulamenta a educação escolar e seus níveis dispondo que a Educação Básica compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. E no Capítulo VIII dispõe que as instituições de Educação Infantil deverão atender crianças com necessidades e cuidados especiais somente após avaliação competente.

No Artigo 78 do Capítulo XIV ocorre a definição da Educação Especial como modalidade de educação escolar oferecida na rede regular de ensino para portadores de necessidades especiais.

É importante ressaltar o Projeto da LDB que no Capítulo XIV menciona explicitamente, portadores de deficiências como clientela que poderá demandar educação especial, reitera a preferência ao ensino regular para todos os estudantes inclusive para os que requerem atendimento especializado. Determina a caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos para atuarem na educação especial. Os parâmetros definidos neste Projeto de Lei inserem a educação especial em destaque na educação escolar. Conclui-se que havendo a interpretação apropriada propiciará na consolidação da educação especial como importante segmento da educação escolar.

Com relação a recursos financeiros destinados à Educação Especial, o I Plano Nacional de Educação foi elaborado em 1962 e revisado em 1965 destinando 5% dos

recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário para a educação dos estudantes da educação especial.

Em 1977 o Ministério da Educação e Cultura elaborou o I Plano Nacional de Educação Especial para o triênio 1977/1979 instituindo que o atendimento educacional deverá concentrar-se em nível de 1º grau, abrangendo 60% dos estudantes da Educação Especial.

Em 1985 O CENESP Centro Nacional de Educação Especial elaborou um plano chamado Educação Especial Nova Proposta indicando a necessidade da redefinição da política para Educação Especial no Brasil. Em outubro de 1986, o Presidente José Sarney instituiu a Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência CORDE a fim de aprimorar a Educação Especial e integrar os estudantes público alvo.

Quatro anos após, em 1990, a SENEb - Coordenação de Educação Especial elabora a proposta do grupo de trabalho através da Portaria 06/1990 para coordenar e promover a operacionalização das diretrizes que norteiam o atendimento da Educação Especial. Posteriormente o Programa Setorial de Ação do governo Collor, no período de 1991 a 1995 dá ênfase à Educação Especial.

A CORDE - Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, em 1992, define a Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência através dos princípios de normalização, integração, individualização, simplificação e interiorização.

A proposta de inclusão de disciplinas acerca da Educação Especial nos currículos dos cursos foi elaborada pela SEESP- Secretaria de Educação Especial em 1993, mesmo ano em que foi elaborado também o Plano Decenal de Educação para Todos pelo MEC a fim de universalizar o ensino com qualidade e erradicar o analfabetismo. Observou-se o sentido assistencial e terapêutico atribuído a Educação Especial a partir deste momento através da interpretação como educação escolar. A SEESP- Secretaria de Educação Especial buscou elaborar documentos técnicos tomando medidas e apontando tendências de ações governamentais federais para inclusão no contexto da educação. Apoiando-se na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da

Criança e do Adolescente de 1990, no Projeto da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1993 e no Plano Decenal de Educação para Todos de 1993.

Por fim, foi elaborado o documento Política Nacional de Educação Especial da SEESP- Secretaria de Educação Especial destacando a importância da participação conjunta dos níveis governamentais municipal, estadual e federal da sociedade para melhora da educação para os estudantes público alvo da Educação Especial.

#### 4.1 A INCLUSÃO À LUZ DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A educação é um direito social garantido pela Carta Magna e busca o desenvolvimento do ser humano de forma gradativa, a fim de que sejam ampliadas as faculdades intelectuais, espirituais, físicas e morais do homem. É vista como um processo de formação da pessoa humana, de tal sorte a sofrer interferência, de forma abrangente, da família, do ambiente de trabalho, das instituições de ensino e pesquisa.

Em 1988, através da Constituição Federal, Capítulo III, Artigos 205 a 214 diz que a educação é um bem fundamental, em todas as modalidades e níveis e inclui estudante especiais para serem atendidos na rede regular de ensino.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:  
I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;  
II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;  
III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;  
IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;  
VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;  
VII - Garantia de padrão de qualidade.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:  
§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.

§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a

I - Erradicação do analfabetismo;

II - Universalização do atendimento escolar;

III - Melhoria da qualidade do ensino;

IV - Formação para o trabalho;

V - Promoção humanística, científica e tecnológica do País.

VI - Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

Em junho de 1994, a Declaração de Salamanca documento das Nações Unidas que reafirma que a educação de pessoas com deficiência seja parte integrante do sistema educacional, reforça a necessidade da educação para estudantes especiais estudarem em escolas inclusivas com os demais estudantes, participando da escola em igualdade de condições e, recebendo o mesmo tratamento. Todas as escolas devem estar preparadas para receber estudantes especiais e atender a cada um segundo a sua necessidade, já que a educação inclusiva exerce papel fundamental não só na aprendizagem, mas também na convivência social, a fim de que haja um aprendizado mútuo, em que os estudantes aprendam a conviver com as diferenças. A referida conferência foi promovida pelo governo espanhol e repercutiu de forma significativa nas políticas educacionais brasileiras no que diz respeito à Educação Especial.

Esse processo é marcado pelo enfrentamento da segregação escolar dos estudantes e que resulta na mudança das taxas de acesso à educação. Em meio a estas transformações que foi criada a Lei Brasileira de Inclusão, também denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência, que tem como objetivo de assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais pela pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e sua cidadania.

A Lei Brasileira de Inclusão tem como base a Convenção da ONU Organização das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o primeiro tratado internacional de direitos humanos a ser incorporado pelo ordenamento jurídico brasileiro como emenda constitucional. É um documento que altera algumas leis já existentes para adequá-las à Convenção Internacional. A principal inovação da referida lei está na mudança do conceito de deficiência, que agora não é mais entendida como uma condição estática e biológica da pessoa, mas sim como o resultado da interação das barreiras impostas pelo meio com as limitações de natureza física, mental, intelectual e sensorial do ser.

O reconhecimento e a valorização da diferença torna-se um importante princípio, em que o conhecimento é fruto de experiências significativas, motivadas por interesses e intencionalidades, que amalgamam os mais variados saberes. Neste sentido, o desenvolvimento integral do ser humano pressupõe a garantia do direito à diferença, como fundamento principal do direito à educação.

Como resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada entre 7 e 10 de junho de 1994, na cidade espanhola de Salamanca, a Declaração de Salamanca trata de princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. A educação inclusiva começou a ganhar força a partir da Declaração de Salamanca (1994), a partir da aprovação da constituição de 1988 e da LDB 1996. Uma das implicações educacionais orientadas a partir da Declaração de Salamanca refere-se à inclusão na educação. Segundo o documento, “[...] o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter”.

A ONU propõe tratados internacionais: destaca-se a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência CDPD (2008) ratificada pelo Brasil como emenda constitucional, por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelo Decreto Executivo nº 6949/2009. Sistematizando estudos e debates mundiais realizados ao longo da última década e nos primeiros anos deste século, criando uma conjuntura favorável à definição de políticas públicas fundamentadas no paradigma da inclusão social.

As transformações provocadas pela Convenção as que a LBI Lei Brasileira de Inclusão (2015) impacta a maneira como a deficiência é percebida. Os cuidados externados quando da elaboração do texto legal, não se restringiram à mera preocupação com a utilização de termos corretos trata-se de cautela fundamentada que deve ser respeitada pela sociedade de forma muito mais profunda, porque envolve a mudança de valores arraigados culturalmente. A CDPD aborda que a escola deverá acolher todos os estudantes e oferecer educação de qualidade de acordo com suas habilidades, necessidades e expectativas. A integração escolar requer estruturas física, administrativa, curricular e pedagógica para que obtenha êxito.

Com isso, a deficiência deixa de ser um atributo da pessoa e passa a ser o resultado da falta de acessibilidade que a sociedade e o Estado dão às características de cada um. A LBI mostra que a deficiência está no meio, não nas pessoas.

O Capítulo IV da LBI, no seu Artigo 27, fala do direito à educação:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

No Artigo 28 atribui ao Poder Público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

- I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;
- II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;
- III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu



pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas; V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;

VIII - participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;

IX - adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;

X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;

XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;

XII - oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação; XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;

XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;

XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;

XV - acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;

XVI - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;

XVII - oferta de profissionais de apoio escolar;

Ao determinar a acessibilidade como princípio propõe concepções de que todos os espaços e formatos de produtos e serviços devam permitir que estudantes especiais possam ser dignamente tratados. A acessibilidade constitui-se em verdadeira espinha dorsal, na medida em que perpassa e complementa todos os outros princípios e direitos, impondo sua observância como máxima para toda a sua aplicação.

O Artigo 30 da LBI – Lei Brasileira de Inclusão, enfoca sobre processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e

de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas as seguintes medidas:

- I - atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços;
- II - disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação;
- III - disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;
- IV - disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência;
- V - dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade;
- VI - adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa;
- VII - tradução completa do edital e de suas retificações em Libras.

A LBI destaca ainda a discriminação por motivo da deficiência, sendo toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência.

Como aponta o Artigo nº 5º da LBI, o direito a não ser discriminado exige medidas protetivas, ou seja, há que se fazer ações, investir com recursos para evitar práticas de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante.

Destaca-se que a obrigação dos programas e políticas públicas estarem acessíveis aos estudantes especiais. Com isso, para uma instituição de ensino permanecer em funcionamento, deve oferecer os recursos de acessibilidade e ambiente adequados ao pleno desenvolvimento dos estudantes. A Lei Brasileira de Inclusão - LBI aponta para a constituição de uma cultura inclusiva com impactos em toda a sociedade, incluindo diretamente as pessoas que convivem com as pessoas especiais, sejam seus familiares, profissionais que atuam no cuidado, na educação, no atendimento de saúde, nos transportes, na comunicação entre outros .

Em seu Artigo 9, trás que a pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, principalmente com a finalidade de:

- I - proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- II - atendimento em todas as instituições e serviços de atendimento ao público;
- III - disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas;
- IV - disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque;
- V - acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis;
- VI - recebimento de restituição de imposto de renda;
- VII - tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências.

É imprescindível ressaltar o preceito constitucional reiterado pelo ECA- Estatuto da Criança e Adolescente e fazer da LBI um instrumento eficaz de luta pela efetividade do direito da pessoa com deficiência à educação inclusiva, sem contanto, parecer que frequentar ambientes comuns poderia significar ameaça por si só. Os marcos legais, políticos e pedagógicos da educação especial na perspectiva inclusiva, possibilitaram a implantação de salas de recursos multifuncionais para a organização e a oferta do AEE – Atendimento Educacional Especializado em todos os municípios brasileiros, atingindo em torno de 50% das escolas públicas com matrícula desses estudantes. Os programas nacionais de material didático disponibilizam os títulos em formato digital acessível, em Braille e em LIBRAS/Língua Portuguesa, beneficiando estudantes especiais de escolas públicas. A LIBRAS, Linguagem Brasileira de Sinais é um conjunto de formas gestuais utilizado por deficientes auditivos para a comunicação entre eles e outras pessoas, sejam elas surdas ou ouvintes.

A partir da Lei Brasileira de Inclusão no campo da educação é importante destacar expressivo avanço que será consolidado a longo prazo de acordo com recomendação da Organização das Nações Unidas ONU.

#### 4.2 PERFIL DO GRADUANDO EM PEDAGOGIA EM EAD

Na maioria das vezes o estudante da EAD se impõe como cidadão e seu discurso emana sobretudo das condições de vida, antes de ocupar o papel de discente é possível verificar caráter utilitário em um primeiro plano para, posteriormente, a EAD ser pensada em relação ao acesso ao conhecimento e a sua veiculação por uma instituição reconhecidamente de qualidade.

De acordo com Belloni (2006), as características fundamentais do aluno, e consequentemente do futuro profissional são: a inovação e a criatividade, com maior mobilidade, exigindo um trabalhador multicompetente, multiqualificado, capaz de administrar atividades em equipe, de se adaptar a situações novas, sempre prontas a aprender, mais informado e autônomo.

A modalidade EAD possui muitas especificidades e desafios. É interessante destacar que o gerenciamento do tempo, a responsabilidade diante do processo de aprendizagem e a adaptação ao ambiente da aprendizagem agregados a sensação de incapacidade ao se deparar com a realidade, contribui para a desmotivação e abandono do curso. Palloff e Pratt (2004) descrevem que estudantes da EAD possuem características básicas como automotivação, autodisciplina, flexibilização do tempo, sentem falta de um professor presencial e muitas vezes não conseguem dar continuidade ao curso e abandona. Normalmente apresentam estas características os ingressos na primeira graduação e com pouca experiência com a modalidade de ensino a distância.

Para caracterizar o perfil dos alunos da EAD coletados utilizamos dados sociodemográficos e econômicos. Geralmente possuem idade de 20 a 50 anos, têm experiência profissional e estão em busca de formação almejando a troca de profissão, ascensão na área e *status* através da conclusão do curso. Estudam e trabalham concomitantemente e buscam esta modalidade devido a flexibilidade com os horários para estudo.

O perfil desejado na modalidade EAD é de alunos disciplinados e comprometidos, autodidatas para conduzir sua agenda de estudo de maneira que as tarefas sejam realizadas dentro dos prazos pré-estabelecidos. Precisa também saber levantar questionamentos, trocar informações, dar sugestões e opiniões, elaborando e expressando suas idéias de forma clara, quando compartilhadas com grupos. O sucesso do estudante na EAD está associado a ferramenta utilizada, a forma pela qual o professor conduz sua turma, principalmente à sua motivação para fazer o curso. O aluno deve encontrar uma ferramenta que seja fácil de usar e com os recursos necessários para a interatividade desejada. A intervenção do professor como mediador é de fundamental importância nesse processo.

### 4.3 DIDÁTICA: ESTRATÉGIAS, RECURSOS E PRÁTICAS APLICADAS EM EAD

Na antiguidade o homem buscava registrar sua história e transmitir informações. Deixava suas marcas em pedras, paredes, árvores, com passar do tempo foi criando ferramentas como os papiros, os pergaminho até chegar a criação revolucionaria que permitiu o registro e propagação das informações, o papel possibilitando assim a criação de livros propiciando o registro de suas descobertas e deixando informações valiosas.

Os materiais didáticos instrumentam, orientam e informam um caminho que pode ser seguido na busca pela obtenção do conhecimento. Apostilas e textos são considerados guias dos professores e estudantes no processo de ensino, neles estão descritos conteúdos relevantes aos estudantes na obtenção de conhecimentos sobre determinados assuntos. Na EAD o livro didático também serve de guia para professores, tutores e estudantes, mas não é necessariamente a única fonte de informação e de apresentação de conteúdos nesta modalidade. O avanço tecnológico possibilitou a utilização de outras mídias também utilizadas como material didático. Os recursos mais utilizados como materiais didáticos na EAD são os materiais impressos, as vídeo aulas, as tele e webconferências e o aprendizado através do computador e da internet, por meio do ambiente virtual de aprendizagem que pode possuir ferramentas de aprendizagem síncronas como chat, ou assíncronas como os objetos de aprendizagem e fóruns.

O Ministério de Educação e Cultura orienta que os materiais didáticos dos cursos ofertados na modalidade a distância devem estar concebidos de acordo com os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos explicitados no projeto pedagógico, de modo a facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre estudante e professor.

A EAD é realizada em uma plataforma chamada *Moodle*, sistema desenvolvido de forma contínua por diversas pessoas de todo o mundo exclusivamente para fins educativos. Trata-se de um AVA Ambiente Virtual de Aprendizagem - que pode ser moldado de acordo com a necessidade da instituição, estabelecendo horários de estudo que devem ser cumpridos. Desta forma, os professores e tutores

disponibilizam seus materiais didáticos, os quais podem ser baixados pelos estudantes.

Os conteúdos são divididos em módulos, nos quais o acesso é liberado de acordo com uma data pré-estabelecida. Geralmente, o Moodle é acessado por múltiplas plataformas para gerar um conforto maior ao estudante. Todo conteúdo disponibilizado representa determinada carga horária do curso. As matérias são divididas em módulos e o método de ensino é através de apostilas online, videoaulas, exercícios e jogos referentes à matéria, que podem ser revisitados para fixar o conteúdo.

A integração entre estudantes e professores é um dos objetivos principais da modalidade EAD, assim, algumas aulas são dadas ao vivo através de videoconferências no *Moodle*, para que todos possam interagir em tempo real. As atividades dos módulos podem ser refeitas a qualquer momento, também são realizadas pesquisas e estudo onde é estabelecido prazo para ser enviado para correção e avaliação.

Nos fóruns do Moodle estudantes e professores podem entrar em contato uns com os outros para falar sobre diversos tipos de assuntos para comentar algum conteúdo dado em aula, divulgar notícias e criar debates. As dúvidas podem ser enviadas através de mensagens para os tutores e professores nos *chats* disponibilizados dentro do próprio *Moodle*. Também há encontros presenciais programados para realização de aulas práticas, provas, apresentação de trabalhos e monografias.

Compreender o conceito de EAD e a sua história são imprescindíveis para entender a proposta de ensino e aprendizagem das instituições que atuam e acreditam nessa modalidade. A criação de Ambientes Virtuais de Aprendizagem AVA, determina um novo formato e mudanças significativas no processo de ensino aprendizagem. No AVA, a atuação de professores e alunos sofre modificações e o interesse de estudo reside na investigação da atuação desse professor tutor a distância. Na EAD, a sala de aula virtual é o espaço de atuação da prática pedagógica do tutor a distância, não obedece a espaço físico e geográfico de uma sala convencional, ao contrário, trata-se de uma sala de aula que pode estar em vários lugares e a qualquer tempo.

Nesse contexto de aprendizagem, o estudante é o centro do processo, conseqüentemente, há necessidade da compreensão de novos papéis, funções e responsabilidades aos professores autores/supervisores, aos tutores, bem como para os estudantes e todos os profissionais que atuam nessa modalidade. O ensino passa ser aberto, centrado no estudante, interativo e participativo (BELLONI, 2008).

Na EAD surge uma nova figura na categoria docente, que é o tutor a distância. Existem várias denominações que se reportam ao tutor, como: o docente-tutor, o tutor virtual, o orientador acadêmico, o professor orientador, o mediador pedagógico entre outras. A denominação mais comum é de tutor a distância para os professores. Nossa reflexão se inicia na compreensão de quem é esse docente, o tutor e o que ele faz.

Para Belloni (2008, p.81):

As funções docentes se distribuem num processo multifacetado e aponta como característica principal a “transformação do professor de uma 24 entidade individual em uma entidade coletiva” agrupando em três grandes grupos as funções docentes: a) o primeiro é responsável pela concepção e realização do curso e materiais; b) o segundo assegura o planejamento e organização da distribuição de materiais e administração acadêmica e; c) o terceiro responsabiliza-se pelo acompanhamento de estudante durante o processo de ensino aprendizagem tutoria, aconselhamento e avaliação.

Belloni (2008, p.83) ainda explicita acerca do professor tutor:

O professor tutor é aquele que orienta o aluno em seus estudos relativos às disciplinas pela qual é responsável, esclarece dúvidas e explica questões relativas aos conteúdos das disciplinas; em geral participa das atividades de avaliação.

O trabalho do tutor a distância na EAD, numa disciplina possui algumas especificidades que apesar da flexibilização espaço-temporal, exige disponibilidade de tempo para realizar a leitura do material, o acompanhamento das atividades dos estudantes, as interações nos fóruns, as orientações e as avaliações das atividades. Os professores e tutores a distância possuem diferentes atribuições conforme a legislação do sistema UAB – a Universidade Aberta do Brasil, enquanto o professor organiza o conteúdo e elabora o material a ser utilizado nos cursos para desenvolvimento da aprendizagem, nas diversas disciplinas, o tutor executa o papel de mediador para que de fato ocorra o processo de ensino aprendizagem. Assim, a ideia inicial parece indicar que ser tutor é menor que ser professor, entretanto é importante salientar que tanto o tutor como o professor exercem atividades docentes.

Refletir sobre a profissionalização da docência na EAD é importante na medida em que contribui para ampliação da qualidade nessa modalidade. Porém é necessário considerar que o desafio é grande e ainda há um longo caminho a ser percorrido.

Alguns documentos descrevem as funções do tutor, como os referenciais de qualidade para Educação Superior à distância, elaborado pelo MEC que não tem força de lei, e se propõe a nortear e subsidiar os atos legais nos processos de regulação, supervisão e avaliação da EAD. Segundo os referenciais de qualidade para Educação Superior a Distância (2007, p. 21) a função do tutor a distância consiste em:

A tutoria a distância atua a partir da instituição, mediando o processo pedagógico junto a estudantes geograficamente distantes, e referenciados aos polos descentralizados de apoio presencial. Sua principal atribuição deste profissional é o esclarecimento de dúvidas através dos fóruns de discussão pela internet, pelo telefone, participação em videoconferências, entre outros, de acordo com o projeto pedagógico. O tutor a distância tem também a responsabilidade de promover espaços de construção coletiva de conhecimento, selecionar material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos e frequentemente, faz parte se suas atribuições participar dos processos avaliativos de ensino-aprendizagem, junto com os docentes.

Podemos inferir, que conforme os referenciais de qualidade para educação superior a distância, as atribuições do tutor possuem responsabilidades que vão além do esclarecimento de dúvidas, num trabalho conjunto com os docentes das IES – Instituições de Ensino Superior. Na UAB, as funções do tutor são definidas pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e se evidenciam no termo de compromisso, documento obrigatório que os tutores assinam para atuar nos cursos oferecidos pelas universidades. Conforme o documento de cadastramento de bolsista da UAB são atribuições do bolsista:

- Mediar à comunicação de conteúdos entre professor e os cursistas;
- Acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;
- Apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes;
- Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar às atividades discentes;
- Colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes;
- Participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela instituição de ensino;



- Elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenação de tutoria;
- Participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor.

Observamos a notável relevância e complexidade do papel do tutor. É exigido para exercício das funções de tutoria um professor com nível acadêmico superior equivalente ao curso que está realizando a tutoria, além do domínio da metodologia que se estabelece na instituição, capacidade de produzir e propor materiais para estudo e pesquisa, facilidade de comunicação e habilidade de trabalhar com informação e comunicação. Diante dessa compreensão, a dimensão do papel tutor fica extremamente ampliada, deixando de ser um transmissor e repetidor de informações, passando a ser um orientador de reflexões que possibilitam novos aprendizagens.

O tutor presencial tem a função de ler e pesquisar sobre assuntos abordados em disciplinas diversas, ler e comentar os trabalhos postados pelos alunos na plataforma Moodle, mediar debates em chats, orientar os alunos quanto aos gêneros textuais usados para a produção de trabalhos, avaliar esses trabalhos, aplicar provas e sempre estar atento às dúvidas que os alunos apresentem. Além dessas tarefas, a participação nos *chats* e as leituras constantes dos trabalhos dos alunos exigem do tutor presencial total atenção aos recursos postados na plataforma ou recomendados pelo professor. Esses recursos são, entre outros, artigos, livros, vídeos e notícias abordando temas relacionados ao curso. Sem a leitura ou apreciação desse material, não é possível participar da vida acadêmica do estudante.

Almeida (2003), referindo-se ao papel do tutor na EAD, discute o uso e avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação TIC no quadro atual dessa modalidade de ensino. Considerando que o trabalho do tutor presencial é de crucial importância para que o estudante EAD se adapte ao processo de ensino a distância, uma vez que é o tutor presencial.

Com relação à didática na modalidade EAD, os fatores ensinar, educar e aprender estão além da interação das telas dos computadores. A importância da didática é a sua função em dar sentido a ação do professor mediante a reação do aluno face as

novas tecnologias de informação e comunicação no mundo contemporâneo. A didática é elemento transformador da teoria em prática e os estudantes da EAD possuem rotinas de aprendizagem no contato à distância com os professores. A tem seus primeiros registros na educação jesuíta, onde a educação tinha objetivo de catequizar os índios, neste contexto a didática eram regras normalizadoras com objetivo de seguir o código escrito. A ação pedagógica era dogmática e o pensamento crítico não era permitido, somente o mestre detinha o saber, a metodologia era baseada na lógica seguida pelos professores.

Segundo Veiga (1991), a Didática historicamente ocorre em dois momentos: o primeiro delimitado pelo período de 1549 a 1930 e o segundo, desde 1930 até a atualidade. A didática tradicional em 1939 possuía um caráter prático associado a técnica no que diz respeito a aprendizagem, com aplicação de estudos dirigidos. Após o Golpe Militar a Didática passa a ter característica tecnicista, com saber fragmentado e a desvinculação da teoria com a prática.

A didática hoje em sala de aula ou em ambiente virtual permite a abertura política, democracia e não é centrada apenas no professor mas na formação do estudante como um todo, valorizando o seu saber e a sua cultura.

A didática desenvolvida na EAD dá possibilidade para a construção de novas formas de aprendizado, onde o estudante sente-se autônomo e o seu aprendizado é significativo. Segundo Foucaut (1978) é nessa rede que o aluno, através da didática, percebe que a boniteza da aprendizagem está em dar formas descontínuas. Quando o estudante se coloca como observador de suas ações é capaz de reconstruir informações e transformá-las em conhecimento. O professor que atua na modalidade de ensino EAD tem buscado novas estratégias, levando a assumir uma nova postura no processo educativo com o objetivo de harmonizar a tecnologia com a didática. É através do dinamismo que as contribuições docentes e discentes são valorizadas, transformadas e ressignificadas.

A didática na EAD vai além do ensino acadêmico, pois este, tem tradição de respeitar os modelos específicos de cultura, costumes e tradições, propondo assim um modelo onde há possibilidades do movimento de ensinar e aprender, respeitando o

conhecimento prévio do estudante. Na tecnologia educacional a didática precisa ser vista como possibilidade de aproveitar as inovações para aprofundar o conhecimento. O fator tempo é moeda de troca diante do mercado competitivo e da globalização. É neste cenário que se instala a modalidade de ensino EAD para garantir autonomia e alternativa que possibilitem a construção do saber. É importante destacar que nesta modalidade de ensino há distância física e não ausência do docente porque ocorrem as trocas necessárias para que a aprendizagem ocorra. Transformar informação em conhecimento faz parte do ser humano, a interação tecnológica favorece os fatores cognitivos e afetivos, essenciais para a aprendizagem.

As estratégias metodológicas apresentam recursos como textos, leituras complementares que levam o estudante a associar a aprendizagem com seu contexto, através do uso de diversas linguagens, horizontalidade entre alunos e professores, a adequação entre os conteúdos e a presença da mídia. A metodologia de formação a ser adotada, destaca-se pela atuação do tutor durante o exercício de sua função. Entende-se que, se o tutor assimilar o que precisa aprender conduzido por uma determinada metodologia, ele irá repetir essa metodologia, embasado pela teoria e prática.

A metodologia de aprendizagem proposta exige uma participação ativa. A princípio causa estranheza aos estudantes, pois estes foram formados no sistema tradicional de ensino no qual se colocam numa posição passiva frente ao professor detentor do conhecimento. Metodologia ativa de aprendizagem é um processo amplo e possui como principal característica a inserção do estudante como agente principal responsável pela sua aprendizagem, comprometendo-se com o seu saber. Durante o processo, o “estranho” se tornou comum e os estudantes começam a sentir o prazer da descoberta quando se colocam como protagonistas do processo de aprendizagem.

## 5 ANÁLISE DOS DADOS E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Inicialmente buscamos conhecer o campo a ser pesquisado e apresentamos o objetivo da pesquisa à gestora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Ceciliano Abel de Almeida em Vitória/ES, para obtermos autorização para realizar a referida pesquisa.

Diante da autorização da gestora, nos dirigimos à escola, ocasião em que fomos recepcionados pela coordenadora de turno, que se colocou à disposição em apoio da realização da pesquisa naquela Instituição. A pesquisa em campo deu-se no ano letivo de 2019, iniciado no mês de fevereiro e finalizado em abril, sendo três meses para visitas semanais, observações, entrevistas e aplicação de questionário.

Com relação ao perfil dos alunos, participaram da pesquisa dez sujeitos: três estudantes da Educação Especial; cinco estudantes do Curso de Pedagogia EAD; uma professora da Educação Especial; uma Cuidadora da Educação Especial e uma Coordenadora de Turno. Para preservar a identidade dos investigados denominamos de E1, E2 e E3 os estudantes da Educação Especial; EAD1, EAD2, EAD3, EAD4 e EAD5, estudantes do curso de Pedagogia EAD; PEE1 professora da Educação Especial; CEE1 cuidadora da Educação Especial; COOR 1 a coordenadora de turno.

Os docentes são profissionais efetivos da Prefeitura Municipal de Vitória com significativa experiência na educação. Ainda que tenham formações diferenciadas, é o trabalho com crianças que trazem sua maior identidade profissional. A CEE1 possui Ensino Médio e lha é atribuída a função de higienização do público alvo da Educação Especial.

Os EAD1, EAD2, EAD3 e EAD4 são estudantes do último período do curso de Pedagogia EAD de Instituições Superiores em Vitória que realizam estágio na escola pesquisada. E1, E2, E3 são estudantes do primeiro e segundo segmentos da Educação Especial da EJA – Educação de Jovens e Adultos na EMEFF Ceciliano Abel de Almeida. O critério de seleção dos professores foi pelo fato de atuarem na Educação Especial e pelo interesse em participar da pesquisa.

Aos estudantes chamamos de E1, E2 e E3 com base na preservação dos investigados:

- E1 – estudante de 45 anos de idade, do Intermediário do 2º. Segmento Ensino Fundamental, é ativo, tem Deficiência Intelectual com laudo. Gosta de cantar músicas de Roberto Carlos e relatar fatos do dia a dia repetidamente. Não apresenta hábitos mínimos de higiene e sinaliza sempre sentir fome. Sua coordenação motora é boa, é alfabetizado.
- E3 – estudante de 37 anos, aluno do Conclusivo do Ensino Fundamental, é cadeirante e com relação à sua cognição, podemos considerá-la excelente, pois é muito questionador, politizado e inteligente. Possui rigidez muscular nas mãos e necessita de cadeira de rodas.

#### 5.1 COLETA DE DADOS: OBSERVAÇÕES DO COTIDIANO ESCOLAR NA SALA REGULAR

A coleta de dados foi estruturada a partir da observação da realidade estudada, das entrevistas e da aplicação do questionário. Com intuito de nos aproximarmos do contexto investigado e conhecermos os detalhes que possam contribuir para a pesquisa, optamos pela observação, pois permite ao pesquisador entrar no mundo social dos participantes do estudo como sujeito da própria investigação. As informações foram anotadas ordenadamente em um Caderno de Registro que constitui importante instrumento e possibilita uma volta aos acontecimentos descritos. São palavras alimentadas por significados compreendidos não apenas como uma descrição do que ocorreu, mas uma busca de entendimento sobre o ambiente pesquisado e sobre seus sujeitos.

Durante as observações agendadas buscamos focar o nosso olhar nas práticas pedagógicas desenvolvidas na sala de aula regular e no atendimento educacional ao estudante público alvo da Educação Especial. Assim, realizamos o acompanhamento na sala de aula, na sala de recursos multifuncional, no planejamento dos professores, sempre com olhar minucioso e atento para tender as características do espaço investigado e os aspectos que envolvem a inclusão.

O início do trabalho na escola inicia-se com o toque do sinal, onde os estudantes fazem filas no pátio, organizadas pela coordenadora de turno, e em seguida, os estudantes se dirigiram para suas respectivas salas.

Fomos recebidos pela PEE1 que apresentou os três estudantes da EE e falou sobre o objetivo da presença da pesquisadora. O professor regente contava também com a cuidadora da Educação Especial na sala de aula para ajudar na higienização dos estudantes. Esse profissional passa por processo seletivo da Prefeitura Municipal de Vitória e tem como atribuição desenvolver atividades de locomoção, higienização, alimentação e outras correlatas que o estudante necessitar.

Durante a observação percebemos que o estudante portador de necessidades especiais é tratado de forma normal, sem preconceito por parte da turma e que a exerce a intervenção necessária. As mesas e cadeiras na sala são perfiladas, uma atrás das outras, de maneira bem próxima que facilitava o diálogo entre eles. Há dois armários e um quadro branco na sala. O estudante especial e a cuidadora ficavam em uma única fila próxima à porta, e nos colocamos no final dessa fila para melhor observar o trabalho realizado.

A cuidadora começou a trabalhar com E3. A atividade se consistia numa realização de contas de multiplicar e o estudante, que possui rigidez muscular, é cadeirante, mas com cognitivo excelente, realizou os cálculos com a ajuda da cuidadora e da professora da Educação Especial.

Na segunda aula a professora da Educação Especial trabalhou atividades de alfabetização na turma do Intermediário do 2º. Segmento com o estudante E1. Para realizar a tarefa, o estudante firmou o caderno na mesa e ouviu as orientações da professora e com dificuldade na coordenação motora o mesmo realizou as atividades vagarosamente. A turma neste dia estava composta por 18 estudantes que realizaram as atividades sugeridas pela professora regente.

Na terceira aula, fomos para a turma do Conclusivo acompanhar o estudante E2 e solicitei o caderno de Ciências para verificar as atividades que foram realizadas. Constatei que o estudante precisa ser alfabetizado, pela dificuldade demonstrada por

ele. Durante o recreio o estudante E1 da turma Intermediário apresentava extrema fome, repetindo três vezes a merenda servida.

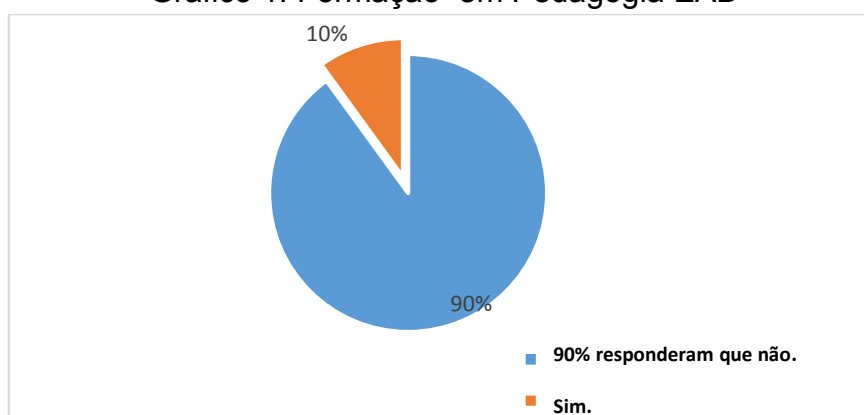
Dando continuidade ao momento de observação, após o recreio, fomos para a turma do Conclusivo acompanhar novamente o estudante cadeirante E3 durante a aula de Língua Portuguesa onde a professora realizou atividade de leitura e interpretação de texto e pudemos constatar que com o auxílio da professora da EE e da cuidadora o estudante realizou a atividade com êxito.

Em um outro momento foi realizado um questionário, contendo dez questões com o objetivo de perceber e entender o que os estudantes dos últimos períodos do curso de Pedagogia EAD sabem e pensam a respeito da inclusão e o que fazem para que esta aconteça de forma coerente no contexto escolar.

Foram elaboradas questões abertas para que o resultado se aproximasse do real e os entrevistados se sentissem à vontade para opinarem e dar sugestões, o que muito contribuiu para a análise das questões. O questionário foi enviado via e-mail para facilitar e agilizar a comunicação e quem o respondeu foi por decisão própria.

Dentre o quadro dos estudantes do Curso de Pedagogia EAD, cinco responderam o questionário. Desta forma, delineiam-se os resultados e as suas análises representadas em forma de gráficos. No gráfico 1 foi perguntado se a formação em Pedagogia EAD proporciona segurança para que o futuro educador atue na Educação especial? Por que?

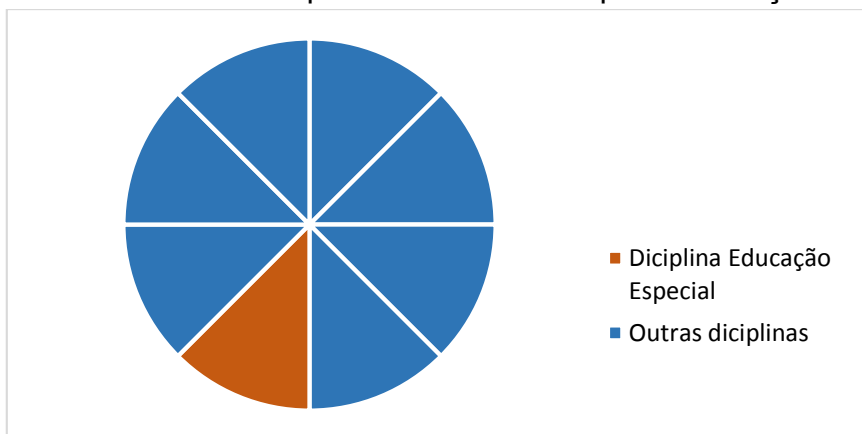
Gráfico 1: Formação em Pedagogia EAD



Fonte: da pesquisadora

Dos entrevistados, 90% responderam que não, mas que é uma parte do processo, uma vez que na plataforma obtém-se a parte teórica. Ficou claro que não proporciona a prática, que deve ser buscada pelo educando em estágios ou em outras experiências.

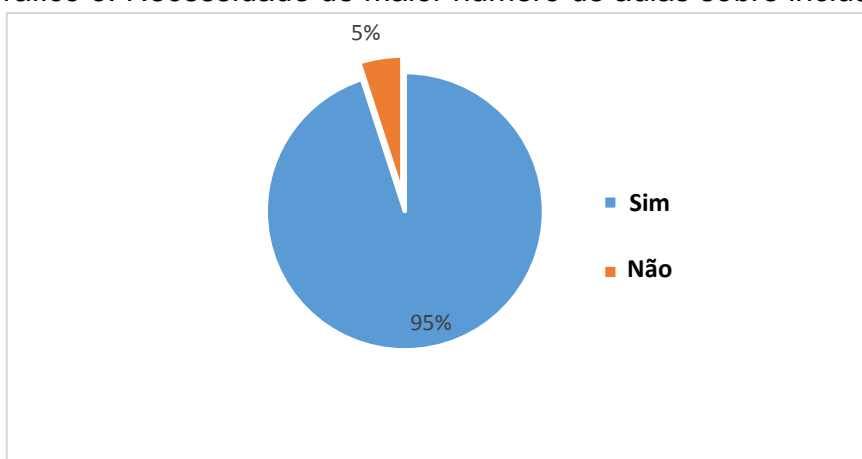
Gráfico 2: Quantitativo de períodos com a disciplina Educação Especial



Fonte: da pesquisadora

Observamos no Gráfico 2 que os estudantes gostariam que durante o curso de Pedagogia EAD haja mais disciplinas ou maior carga horária que contemple Educação Especial e Inclusão, pois consideram os conteúdos de grande relevância. Tais disciplinas são trabalhadas apenas em um período durante o curso, deixando a desejar para a formação acadêmica dos alunos. E apesar de hoje existir especialização a nível Lato Sensu na área ainda é necessário mais discussão sobre o assunto na graduação EAD.

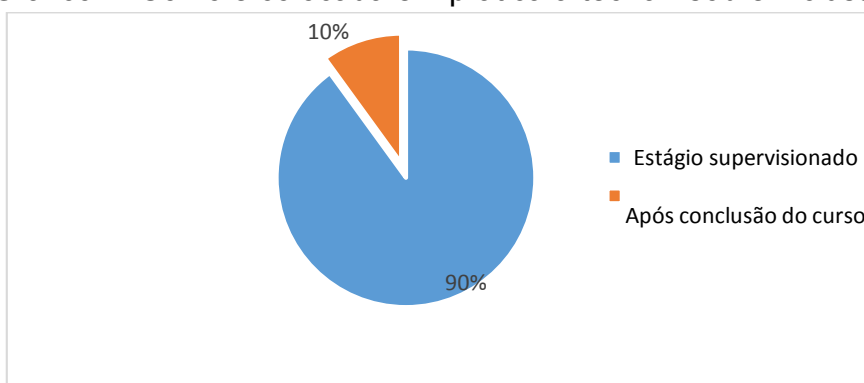
Gráfico 3: Necessidade de maior número de aulas sobre inclusão



Fonte: da pesquisadora



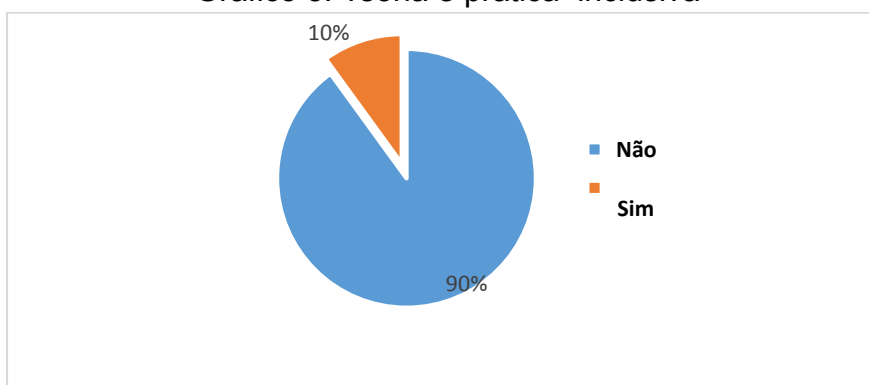
Gráfico 4: Como é colocada em prática a teoria sobre inclusão



Fonte: da pesquisadora

Perguntados no gráfico 4, como é colocada em prática a teoria sobre Educação Especial e Inclusão, trabalhada durante o curso de Pedagogia EAD 90% dos entrevistados disseram que é no estágio supervisionado porque conseguem interagir com os estudantes da Educação Especial. Concordamos com a reivindicação dos alunos, pois a vivência de um novo paradigma não se faz com simples recomendações técnicas, mas com reflexões, discussões e trocas de experiências. Contudo essa questão não é tão simples, pois precisamos estar aptos para trabalhar com as diferenças. Os outros 10% disseram que só aprenderão na prática quando estiverem atuando já como profissionais e enfrentarão os desafios da profissão .

Gráfico 5: Teoria e prática inclusiva

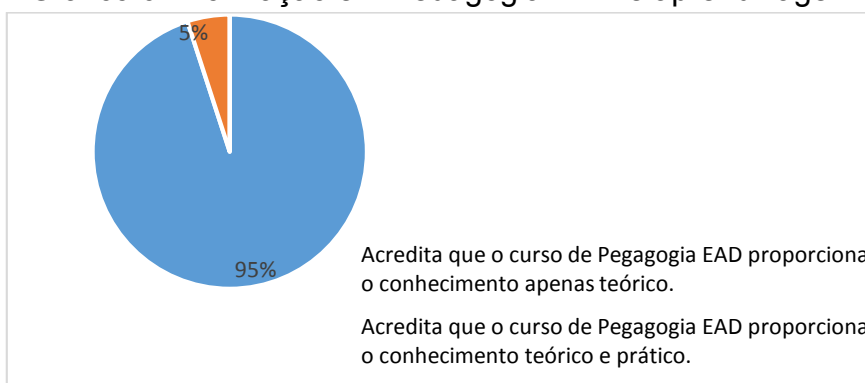


Fonte: da pesquisadora

O gráfico 5 quer saber se é possível garantir a aprendizagem do futuro professor somente com as aulas teóricas durante o curso de Pedagogia EAD. A maioria respondeu que não, pois em alguma turma o professor poderá se deparar com estudante especial e terá dificuldades em lidar com a situação devido a falta de prática. Mantoan ( 2003) evidencia que ensinar para a efetiva Inclusão Escolar significa

repensar o papel do professor, da escola, das práticas pedagógicas que ainda são utilizadas no dia a dia, e que não mais são condizentes com as propostas vigentes. Portanto, é preciso ressignificar os cursos de formação, inclusive a formação em serviço, para que a escola mude e assuma definitivamente a sua autonomia e responsabilidade, no que diz respeito à Inclusão Escolar. E 10% disseram que sim, que é possível a aprendizagem somente com a teoria.

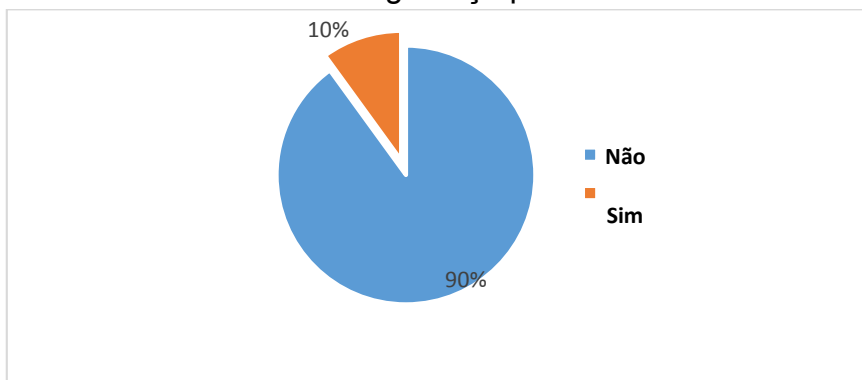
Gráfico 6: Formação em Pedagogia EAD e aprendizagem



Fonte: da pesquisadora

O gráfico 6 questiona até que ponto a formação em Pedagogia EAD proporciona aprendizagem significativa para lidar com estudantes da Educação Especial e 95% dos entrevistados respondeu que proporciona o conhecimento apenas teórico, deixando a desejar a prática, como já dito anteriormente. E 5% disseram que a formação em Pedagogia EAD proporciona sim, uma aprendizagem significativa.

Gráfico 7: Segurança para lecionar

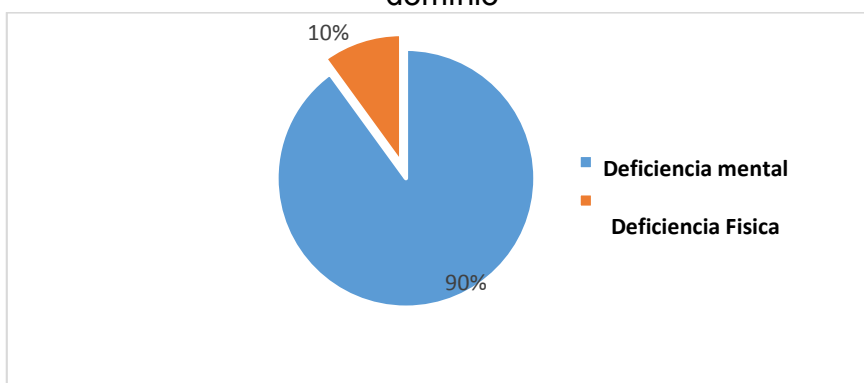


Fonte: da pesquisadora

O gráfico 7 indaga se hoje o estudante concludente do curso de Pedagogia EAD sente segurança em lecionar para estudantes com qualquer deficiência,

90% disse que não, porque no ambiente escolar existe estudantes especiais com variados tipos de deficiência, que requer conhecimentos adequados. A resposta do grupo é pertinente, uma vez que há variedade de síndromes e também de níveis em que o aluno pode estar inserido. A conclusão do curso certifica o aluno, mas não é absolutamente suficiente para esse enfrentamento.

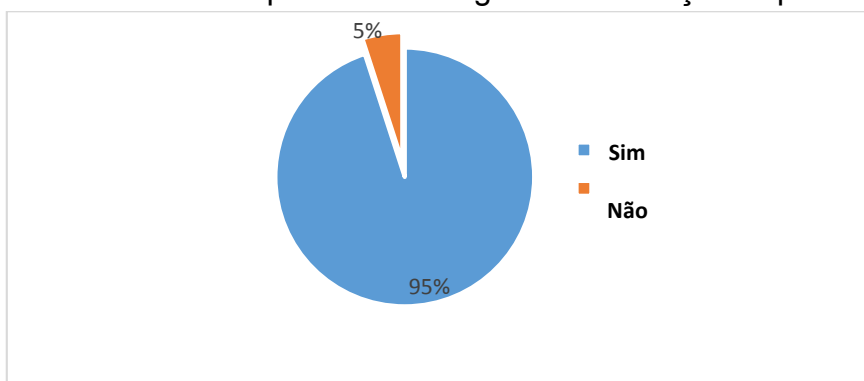
Gráfico 8: Tipo de deficiência em que o estudante de Pedagogia EAD tem maior domínio



Fonte: da pesquisadora

O gráfico 8 perguntou-se qual a deficiência que o estudante de Pedagogia EAD domina melhor no final da graduação, e 90% dos entrevistados disseram que é a deficiência mental e 10% respondeu que é a deficiência física. Como não houve oportunidade para discutirmos de forma mais ampla tais afirmações, supomos, norteados por leituras, que, apesar da deficiência física ser visível, de certo modo, a mental também se torna aparente pelos estímulos emitidos pelos alunos, como: comportamentos, reações, lentidão e outros elementos que envolvem a temática.

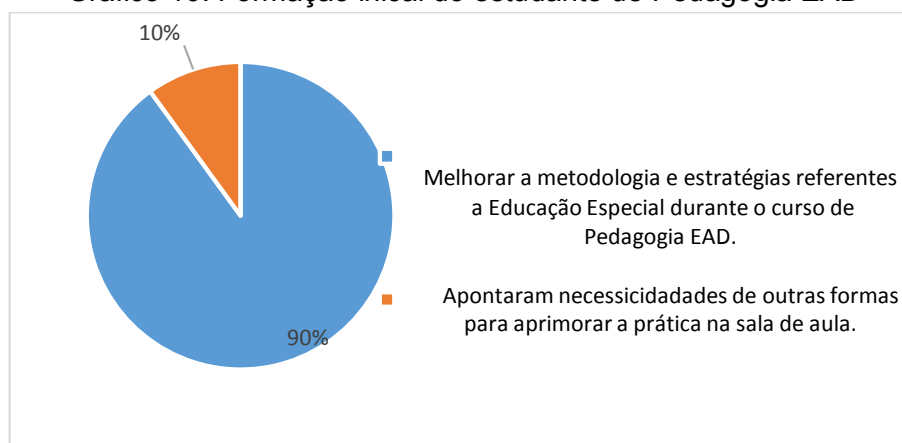
Gráfico 9: Aulas práticas e estágio em Educação Especial



Fonte: da pesquisadora

O gráfico 9 pergunta se um quantitativo maior de aulas práticas ou estágios favoreceriam a aprendizagem cotidiana para lidar com estudantes da Educação Especial. E 95 % dos entrevistados afirmaram que sim, porque quanto maior a disponibilização de aulas e o leque de casos onde o estudante do curso de Pedagogia EAD possa obter experiências, melhor para a sua formação em lidar com os estudante da Educação Especial no cotidiano escolar. A grande maioria requer mais segurança no enfrentamento futuro no que diz respeito à sala de aula. As interações entre os sujeitos são muitas e distintas e, por vezes, são desprovidas de intenção planejada e da prática almejada. Dentro das possibilidades, toda a comunidade escolar precisa contribuir para o desenvolvimento cognitivo dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Gráfico 10: Formação inicial do estudante de Pedagogia EAD



Fonte: da pesquisadora

No gráfico 10, foi solicitado sugestões sobre a formação inicial do estudante de Pedagogia EAD em relação a educação inclusiva e 90% dos entrevistados sugeriram um aprofundamento maior nos métodos e estratégias referentes à Educação Especial desenvolvidos no curso. Há de se registrar também a importância de integrar o aluno especial por meio de dinâmicas e jogos pedagógicos para que ele não se sinta excluído. Dos entrevistados, 10% aponta a necessidade de outras formas, como formação especial e/continuada para aprimorar o fazer do dia-a-dia da sala de aula, principalmente na formação inicial do estudante de Pedagogia EAD.

A prática docente pode evidenciar um cenário característico e pode apontar para repensar posturas ou confirmar práticas. Durante nossa análise, foi possível

categorizar as falas obtidas em três eixos: problematização; feedback; motivação e incentivo. Estes eixos são reveladores de níveis e condutas próprias da ação do professor da EAD, as quais demonstram a percepção do professor ao acompanhar o conteúdo e legitimar o papel do professor enquanto agente responsável por direcionar e instigar os estudantes à apreensão dos conteúdos.

Algumas dicas de práticas na EAD são importantíssimas para que o estudante conclua o curso escolhido com mais qualidade, como por exemplo: informar-se com clareza sobre o assunto; ser digital; agir com seriedade para cumprir as metas e os prazos estabelecidos; participar de encontros presenciais oferecidos pelo pólo. Desta forma, o estudante certamente fará uma graduação de melhor qualidade e assim será um profissional mais preparado para atuar no mercado de trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações a seguir intencionam responder ao objetivo do estudo, que é compreender como está se consolidando a formação inicial do estudante de Pedagogia EAD e sua atuação junto à Educação Especial.

Constatamos que foram e ainda são muitos os instrumentos normativos elaborados para dar proteção jurídica à inclusão educacional de alunos com deficiência, embora selecionamos os julgamos pertinentes nesta pesquisa.

Nesse sentido, os dados obtidos neste estudo nos permitem dizer que o processo de inclusão de um aluno com deficiência intelectual na sala regular é possível, desde que os profissionais da educação se concentrem no ato de ensinar e aprender, valorizando a importância das mediações e interações.

As estratégias pedagógicas para atendimento à diversidade dos educandos, em particular para favorecer aos alunos com deficiência, urge a modernização do ensino, de modo que os professores aperfeiçoem à sua prática, reestruturando as condições atuais do ensino básico e ao uso das tecnologias.

As políticas públicas devem ter um olhar que favoreçam a educação de alunos com deficiência e pensar de forma que atenda a todos e que as situações de ensino sejam conduzidas para que todos possam ter acesso as oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola.

É possível acreditar na irreversibilidade do processo inclusivo desencadeado há algumas décadas e que os obstáculos para a prática pedagógica de alunos com deficiência intelectual estão visíveis e possíveis de serem superados, desde que sejam transformados em desafios para todos os que compõem a escola, o sistema municipal de educação e os que constroem as políticas para a educação inclusiva.

Ao chegar ao final deste estudo, podemos afirmar que não se esgotaram todas as inquietações que acompanharam esta pesquisadora durante toda essa caminhada,

pois, mais do que respostas, as análises proporcionaram questionamentos importantes para nos impulsionar a novas reflexões e pesquisas sobre a formação em Pedagogia EAD no âmbito da Educação Especial. Os estudos futuros podem dar continuidade à pesquisa e enfim, espera-se que esta pesquisa tenha trazido mais do que certezas, trilhas que possam levar os docentes em início de carreira a prática mais eficiente para atuar com a Educação Especial.

A formação do professor no curso de Pedagogia EAD deveria ser pautada numa perspectiva de maior quantitativo de disciplinas que trabalhassem a inclusão e com atividades práticas, propiciando desta forma aprendizagem dos estudantes especiais mais significativa. Pelo que se observa, embora as disciplinas do curso estudado contemplem como objetivo possibilitar ao professor em formação uma visão processual da aprendizagem e do desenvolvimento dos estudantes, essa temática da Educação Especial deveria ser utilizada em todas as disciplinas, possibilitando assim uma reflexão mais ampla, levando a uma relação teoria e prática mais efetiva, na qual o professor em formação inicial pudesse desenvolver melhor o trabalho realizado com os estudantes especiais

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA.M. E. B. **Educação Projetos Tecnologia e Conhecimento**. Primeira edição São Paulo: PROEM, 2001, p. 20 -30.

BAPTISTA, Claudio Roberto. **A inclusão e seus sentidos: entre edifícios e tendas**. Porto Alegre: Mediação, 2006, p. 95-106.

BARROS, Aidil de Jesus Paes. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 30.

BELLONI, Maria Luisa. **Educação a Distância**. Campinas, Autores Associados, 2006, p. 77.

BOGDAN, R.; BIRLEN, S. **Características da investigação qualitativa**. IN. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Porto Editora, 1994, p. 48.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 1996.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n.º 02/2001, de 11 de fevereiro de 2001: Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001a.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer n.º 17/2001, de 03 de julho de 2001: Sobre as Diretrizes Nacionais, para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001b.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, 1998.

BRASIL. MEC. SEESP. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008.

BUENO, José Geraldo Silvério. **A educação inclusiva e as novas exigências para a formação de professores: algumas reflexões**. In: BICUDO, Maria Aparecida Viggiano; SILVA JR, Celestino Alves (orgs.). (Org.). Formação do educador e avaliação educacional: formação inicial e contínua. São Paulo: Ed. UNESP, 1999, p. 149-164.

CARTOLANO, Maria Teresa Penteado. **Formação do educador no curso de pedagogia: a educação especial**. Cad. CEDES, Set. 1998, vol.19, n. 46, p.29-40.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2004, p. 30-40.

CONTRERAS, José. **Autonomia de Professores**. São Paulo: Cortez, 2002, p 60-70.



DECLARAÇÃO MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, 1990. Disponível em: <<http://www.unesco.org.br/publicacoes>>. Acesso em: 15 set. 2012.

DRAGO, R. **A inclusão chega ao ensino superior: concepções inclusivistas de um grupo de profissionais de uma faculdade privada da grande Vitória**. In: VICTOR, S. L.; DRAGO, R.; CHICON, J. F (orgs.). A educação inclusiva de crianças, adolescentes, jovens e adultos: avanços e desafios. Vitória: EDUFES, 2010.

FIGUEIREDO, Rita Vieira. **Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade**. In: ROSA, Dalva E. G.; SOUZA, Vamilton C. (orgs.). Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 67-78.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 10-20.

GAZINEU, Rosângela S. F. **O cenário brasileiro da educação inclusiva**. [S.l.: s.n., 20--]. Disponível em: <<http://www.psicopedagogia.com.br>> Acesso em: 08 set. 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. Coleção Questões da Nossa Época, v. 77. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 35-50.

JESUS, Denise Meyrelles de. **Inclusão escolar, formação continuada e pesquisa-ação-colaborativa**. In: BAPTISTA, Claudio Roberto et al. Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006, p. 95-106.

LOBO NETO, Francisco José da Silveira. **Regulamentação da Educação a Distância: caminhos e descaminhos**. In Silva, Marco (org.). Educação online. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p.18-45.

MANTOAN, M. T. E. **Novos cenários de compreensão da aprendizagem**. Educação em Foco, Juiz de Fora, v. 4, n. 2, p. 13-25, 1999.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas, pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 25-46.

MESQUITA, A. M. A. **A Formação inicial de professores e a educação inclusiva: analisando as propostas de formação dos cursos de licenciatura da UFPA**. 2007. 218 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social** In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994, p.16.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003, p. 24.

MORAN, J. M. **O que é um bom curso a distância?** 2002, p. 3.

NEVES, Carmen Moreira de Castro. Referencias de Qualidade para Cursos a Distância. Brasília, 2003. Disponível em <http://www.portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ReferenciaisQualidadeEAD.pdf>  
Acesso em: 03 out. 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 14 Edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979. Coleção e Comunicação, p. 60-80.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Artmed, 2000, p. 50-64.

PIETRO, Rosângela Gavioli; MANTOAN, Maria Teresa Eglér; ARANTES, Valéria Amorim. **Inclusão escolar: pontos e contra pontos**. São Paulo: Summus, 2006, p. 60.

PRATT, Keith. **Construindo Comunidades de Aprendizagem no Ciberespaço**. Porto Alegre, Artmed, 2002, p. 116.

SAMPIERI, R. H. et al. **Metodologia de pesquisa**. São Paulo: MacGraw-Hall, 2006.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

VEIGA, Ilma P.A. **"Escola, currículo e ensino"**. Ira: I.P.A. Veiga e M. Helena Cardoso (org.) Escola fundamental: Currículo e ensino. Campinas, Papirus, 1991, p. 45-60.

VICTOR, S. L. et al. **A produção de artigos científicos como dispositivo à reflexão crítica e à pesquisa na formação inicial de professores de educação especial**. In: JESUS, D. M. de et al. Inclusão práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação/Prefeitura Municipal de Vitória/CDV/FACITEC, 2007, p. 295-303.

\_\_\_\_\_. **Inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais na educação infantil: concepções de professoras regentes e especialistas em educação**. In: VICTOR, S. L.; DRAGO, R.; CHICON, J. F (orgs.). A educação inclusiva de crianças, adolescentes, jovens e adultos: avanços e desafios. Vitória: EDUFES, 2010.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE 1

### **SUGESTÃO DE PROJETO DE INTERVENÇÃO PARA A EMEF CECILIANO ABEL DE ALMEIDA**

#### **TEMA: EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM EAD – TEORIA E PRÁTICA NOS CURSOS DE PEDAGOGIA.**

#### **JUSTIFICATIVA**

A efetivação da inclusão de crianças, jovens e adultos com deficiência nas diferentes modalidades e níveis de ensino não passa somente pelos aspectos de acesso e permanência física e tecnológica nos espaços educacionais, mas necessita, sobretudo, passar e ser transpassada pelos aspectos humanos de interação e apropriação/construção de conhecimento.

No entanto, os profissionais – professores – a que são delegados à função de comunicar, mediar e instigar a produção e aproximação dos saberes, deixam o universo estritamente acadêmico pouco vinculados a práxis educacional e suas minúcias cotidianas, com a sensação de despreparo para lidar com as complexas relações e situações do âmbito escolar. Dentre elas encontra-se a inclusão e a necessidade de ações e práticas mais contundentes na educação.

A fim de melhor organizar e efetivar o presente projeto, apresentamos como objetivos:

#### **GERAL**

Analisar a estrutura do curso de Pedagogia EAD das IES do município de Vitória ES em face da temática inclusão/educação inclusiva, observando as limitações e potencialidades veladas e desveladas para a formação de docentes do curso de Pedagogia EAD.

## ESPECÍFICOS

- Discorrer sobre a importância formação inicial do estudante em Pedagogia EAD em face da prática inclusiva;
- Discutir sobre as maneiras de se expressar e expor opiniões sem atacar o outro agente do discurso, necessidade de desenvolver argumentos, respeito e empatia ao próximo.
- Estudar a legislação que aborda essa temática;
- Apresentar possíveis estratégias de abordagens sobre o tema educação inclusiva;
- Incentivar a participação dos profissionais da educação e o engajamento dos discentes no desenvolvimento de oficinas, trabalhos, e discussões sobre o tema.

## METAS

Pretendemos, com o Projeto de Intervenção:

- A conscientização da importância sobre a formação em serviço, oportunizando ao estudante concludente do curso de Pedagogia EAD maior aprimoramento de sua prática e atuação com estudantes da Educação Especial mediante a formação em serviço.
- Fomentar o pensar crítico, e análise de informações e dados apresentados sobre inclusão;
- Desenvolver debates e discussões de temas e fatos de repercussão nacional, permitindo que os estudantes que estão concluindo a graduação em Pedagogia EAD sejam protagonistas de seus conhecimentos;
- Possibilitar aos professores, em início de carreira, desenvolvimento de trabalhos junto aos estudantes da Educação Especial que favoreçam a criatividade e estimulem o desenvolvimento.

Outrossim, é pertinente permitir o diálogo com a equipe pedagógica e corpo escolar, para que possíveis adequações ocorram, caso julguem necessárias.

## HIPÓTESES

Apresentamos algumas situações que contribuirão para o desenvolvimento do projeto:

- Adesão dos estudantes que estão concluindo o curso de Pedagogia EAD;
- Participação de todos os docentes em início de carreira e os com mais experiência;
- Disponibilidade de recursos físicos e tecnológicos;
- Organização de um cronograma pensado em conjunto, que seja compatível com o calendário escolar;
- Seleção de assuntos, temas, imagens, fatos, dentre outros, que sejam pertinentes aos anseios da sociedade e adequados ao currículo;
- Sequência do projeto nos anos posteriores, com as devidas adequações caso necessária.

## **METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS**

Esse projeto de intervenção busca desenvolver atividades que sirvam de informação significativa para os estudantes e que desenvolva maiores possibilidades de atuação do professor graduado em Pedagogia EAD em início de carreira mediante o atendimento à Educação Especial. Para a implementação e execução do projeto é muito importante a habilidade de comunicação, sensibilidade para abordar o assunto e respeito ao saber já adquirido.

## **ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS**

- Palestras
  - A) Em um primeiro momento o desenvolvimento de uma palestra feita pela pesquisadora do projeto Fernanda Rodrigues, onde a mesma estará discutindo sobre a atuação do professor graduado em início de carreira em face da educação inclusiva. Apresentando em sequência os limitadores que a organização curricular do curso de Pedagogia EAD traz mediante ao reduzido número de disciplinas que contemplam a inclusão. Por fim, trabalhar o tema – educação inclusiva e sua prática no cotidiano escolar, fomentando algumas técnicas de atendimento especializado de acordo com as deficiências apresentadas.

B) Em um segundo momento, dar-se-á a realização de uma palestra com um agente convidado, que possa propiciar maior segurança ao professor em formação inicial para atuar com estudante especiais.

As palestras deverão ser realizadas no auditório da escola. Acreditamos que juntar todos os professores, totalizando assim 12 participantes seria um número ideal para que consigamos fomentar algumas discussões ou inferir a aprendizagem, além de ampliar a presença de todos.

Materiais necessários: computador, projetor de *slides*, caixa de som, folhetos informativos sobre os objetivos do projeto, indicação de textos disponibilizados na *internet* ou impressos.

Estratégias: *slides* produzidos com fontes sobre atuação na educação inclusiva, e autores que abordam o tema.

Tempo da atividade: 60 minutos.

➤ Rodas de diálogo

Desenvolvida pelo professor de área, que por sua vez poderá ser realizado de forma individual ou em integração com outro professor participante. Sendo fomentado dentro da sala de aula através da participação coletiva ou na distribuição de pequenos grupos de estudantes.

Entendemos ser plenamente possível a realização das referidas ações, através do diálogo aberto em sala de aulas, trabalhar sobre a formação inicial do professor em Pedagogia em EAD e sua atuação prática na educação inclusiva.

Alguns temas a serem trabalhados que envolvem as dimensões, humana, cultural, social, ambiental, política, escolar: Atuação prática com estudantes da Educação Especial; Leis específicas que norteiam a EE; relatos de experiências no atendimento especializado; bibliografia básica e específica, entre outros temas.

Os materiais necessários para realização dos diálogos ficam a critério de cada profissional, de acordo com as atividades a serem desenvolvidas. Estrategicamente

poderão ser *slides*, fotografias, notícias de jornais, parágrafos de textos, textos, frases, poemas, letra de músicas, dentre outros. A atividade deverá ser desenvolvida em seu tempo de aula, aproximadamente 60 min, podendo ser adaptado conforme a necessidade, flexibilidade e possibilidade da escola.

➤ Vídeos e filmes

Sugerimos a apresentação de alguns vídeos curtos, disponibilizados no youtube que aborde acerca do tema Educação Especial, pois entendemos que esclarecerá ainda mais o entendimento dos professores em formação inicial e enriquecerá o aprendizado. Seguem alguns links:

A - [https://www.youtube.com/watch?v=T5E\\_8ct-JEA](https://www.youtube.com/watch?v=T5E_8ct-JEA)

B - <https://www.youtube.com/watch?v=ZBs74BNcu0w>

C- [https://www.youtube.com/watch?v=JRE3\\_7b48Gg](https://www.youtube.com/watch?v=JRE3_7b48Gg)

D- [https://www.youtube.com/watch?v=vr\\_RByyBlso](https://www.youtube.com/watch?v=vr_RByyBlso)

Com relação a filmes, indicamos:

a) Os Intocáveis (2012)

Classificação indicativa: não recomendado para menores de 12 anos.

O filme conta a história de Philippe, um homem rico que, após sofrer um grave acidente, fica tetraplégico. Precisando contratar um assistente, sua história cruza com a de Driss, jovens de baixa renda e sem nenhuma experiência na função de cuidador. O percurso trilhado pelos dois é de aprendizagem mútua. Driss contribui para a retomada da identidade e do auto estima de Philippe a partir de um trabalho que mostra o cuidado com as deficiências, mas também uma atenção ímpar com as potencialidades envolvidas.

b) Meu nome é Radio (2003)

Classificação indicativa: inadequado para menores de 12 anos

Todos os dias, ao redor da quadra de uma escola secundária na Carolina do Sul circula James Robert Kennedy. Acompanhado de um carrinho de supermercado e um rádio, o jovem tinha por prática observar os intensos treinos de futebol americano liderados por Harold Jones, um treinador competitivo, que não tinha olhos para nada além do trabalho, tampouco para sua mulher e filha.



Um dia, uma brincadeira de mal gosto do time com James o deixa ainda mais assustado e o fecha ainda mais em seu silêncio – o jovem não fala. Até que um dia, o treinador resolve convidá-lo para assistir a um treino e pouco a pouco o insere na equipe como um assistente. O filme mostra a inclusão de “Rádio” – nome pelo qual James passa a atender – numa dinâmica antes marcada pela competição e altas habilidades, trazendo sensivelmente a possibilidade de aprendizagem em outros tempos e maneiras.

c) Colegas (2012)

Classificação indicativa: não recomendado para menores de 12 anos

Aninha, Stalone e Márcio protagonizam uma história de amizade e sonhos. Os três fogem do instituto em que viviam para perseguirem seus respectivos desejos de casar, ver o mar e voar. Ao longo da trama, os três trilham um percurso de aventura, contribuindo para que a Síndrome de Down seja retratada dentro de um contexto de autonomia, superação e aprendizagem.

d) Hoje eu quero voltar sozinho (2014).

Classificação indicativa: não recomendado para menores de 12 anos

A chegada de Léo a um tradicional colégio do Rio de Janeiro insere a comunidade escolar na pauta da inclusão: o garoto é deficiente visual. Ele tem que lidar com algumas dificuldades de aceitação pela turma, até que encontra apoio em um estudante recém-chegado, Gabriel, com quem acaba se envolvendo amorosamente. O filme lida com duas importantes agendas, a inclusão e a homossexualidade, evidenciando o quanto é importante que se construam relações de respeito, colaboração e diálogo.

e) Cordas (2014)

Classificação indicativa: livre

O curta animado “Cordas” narra a amizade entre Maria, uma garotinha muito especial e Nicolás, seu novo colega de classe, que sofre de paralisia cerebral. A pequena, vendo algumas das impossibilidades do amigo, não desiste e faz de tudo para que ele se divirta e consiga brincar. Reconfigurando e recriando jogos e atividades, Maria celebra a vida do colega, aprende ao passo que ensina e emociona a todos – inclusive os espectadores -, com as possibilidades do sonho e de uma amizade verdadeira. Ao

final, uma surpresa especial, que lembra a todos da importância do educar e da relação que se estabelece no ensino e aprendizagem.

f) Sempre amigos (1998)

Classificação indicativa: livre

O filme relata a parceria, a amizade e as dificuldades enfrentadas por dois garotos: Kevin, extremamente inteligente, sofre de uma doença degenerativa e, por conta disso, acaba ficando isolado do convívio social, e vivendo mais no mundo da imaginação; Max, um gigante de 13 anos, que não tem o desenvolvimento esperado na escola e por conta disso é discriminado no ambiente pelos colegas. Quando os dois se encontram, uma bela amizade nasce e com ela uma relação de inteligência e força, como um contraponto às injustiças cometidas nas demais relações de convivência.

g) Uma lição de amor (2001)

Classificação indicativa: livre

O filme conta a história de Sam Dawson, um homem com deficiência mental que tem uma filha, Lucy, que ao completar sete anos, começa a ultrapassar intelectualmente seu pai. Uma assistente social ao ver a situação quer tirar a guarda paterna internando Lucy em um orfanato. A situação se transforma em uma briga jurídica em que se discute o papel do pai e as pessoas com limitações intelectuais como Sam podem ser responsáveis por crianças.

h) A pessoa é para o que nasce (2002)

Classificação indicativa: livre

Que relata a história de três irmãs cegas de Campina Grande, Maria das Neves, Regina Barbosa e Francisca da Conceição. A narrativa mostra a leitura de mundo das mulheres e a dedicação do trio à música.

i) Janela da Alma (2001)

Classificação indicativa: livre

No documentário, 19 pessoas dão seus relatos de como lidam com a deficiência visual. As histórias acabam abordando o olhar de uma forma mais sensível e menos ligada diretamente com o espectro exterior, sugerindo que a sociedade em geral,

mesmo com a possibilidade de ver, deixou de enxergar o que é visível aos olhos.

j) Amy uma vida pelas crianças (1981)

Classificação indicativa: livre

Após a morte de seu filho, Amy deixa seu marido para se tornar professora em uma escola para crianças deficientes. Descobrendo uma nova razão para viver, ela se dedica a ensinar crianças surdas a falar, ao mesmo tempo em que elas o ensinam o verdadeiro sentido do amor.

➤ Dinâmicas em grupo

Aqui apresentaremos algumas dinâmicas que poderão ser desenvolvidas em sala de aula ou em outro espaço da escola.

a) Dinâmica de sensibilização para o tema:

Primeiro organize o espaço da sala de forma que consigam ganhar espaço para se movimentarem livremente. Ao som de uma música, peça que se movimentem acompanhando o ritmo; em alguns momentos o professor irá interromper a música e expressar um comando na seguinte sequência: conte algo interessante para o amigo mais próximo de você; agora comente algo pulando com um pé e com as mãos para trás; agora sem verbalização comente algo somente através de gestos; agora com as mãos para trás e sem se mexerem tente comunicar algo somente com a sua expressão facial.

Após a atividade proposta, solicite aos alunos que se organizem em semicírculo e expressem o que sentiram e perceberam em cada etapa da brincadeira, destacando os momentos mais facilitadores, em que se sentiram mais livres e aqueles em que foi difícil se expressar, por estarem mais limitados. A seguir, o professor distribuirá a cada aluno uma ficha impressa e uma caneta, para que respondam à seguinte questão: Você está apto a trabalhar com estudante da Educação Especial? Prosseguindo, cada aluno deverá ler e afixar sua ficha na lousa ou parede. O professor convida os alunos a refletir criticamente sobre as ideias apresentadas por eles, observando as semelhanças e diferenças entre elas.

b) Dinâmica de percepções acerca de opiniões.

O professor leva para a sala de aula várias fichas com nome de temas escritos, e na medida que vai apresentando estas fichas pede para que seus alunos expressem em uma folha de papel a primeira palavra que vem em sua mente associada aquele tema; assim depois de apresentar os temas selecionados o professor pedirá que os alunos observem o que os seus amigos escreveram e analisem se há semelhanças, diferenças, e se eles possuem as mesmas impressões.

➤ Oficina

a) Oficina sobre atuação prática na Educação Especial.

O dirigente, em colaboração com demais docentes, desenvolverá uma oficina de desenhos ou imagens sobre o tema inclusão. Os trabalhos deverão ser realizados em dupla ou trio em folha de cartolina e fixados no corredor das salas, no pátio ou em um mural específico. Como forma de incentivar a elaboração dos desenhos, poderá ser elaborado um sorteio com o nome dos envolvidos.

➤ Teatro

Os professores interessados poderão incentivar e mediar a elaboração de uma peça de teatro que envolva o tema inclusão, que poderá ser falado ou somente através da expressão.

Poderá também ocorrer a apresentação de letras de músicas, oferecendo assim mais uma opção para que professores se expressem e demonstrem a compreensão sobre os temas trabalhados.

## **CRONOGRAMA DE ATIVIDADES E PLANILHA DE CUSTOS**

O cronograma de implantação do projeto deve ser planejado com todos os agentes da comunidade escolar, levando em conta as mudanças na rotina diária e também os custos – se houver.

## **AVALIAÇÃO**

O presente projeto deverá ser avaliado continuamente e que sejam observados os resultados alcançados para que possa ser adequado, sempre que necessário. Cada

professor por sua vez poderá pontuar a participação e realização de atividades dos alunos envolvidos, seja nas dinâmicas, diálogos, trabalhos ou oficinas.

## **RESULTADOS ESPERADOS**

Almejamos com a aplicação dos trabalhos propostos que professores graduandos em início de carreira possam desenvolver maior segurança em novas práticas de atuação na Educação Especial, possam trabalhar suas emoções, seus olhares a fatos e pontos de vistas diferentes, que consigam ampliar seu conhecimento acerca de assuntos variados, e consigam desenvolver a tolerância, respeito e empatia com os envolvidos. Que se tornem mais participativos na escola, que se envolvam com as demandas necessárias na instituição, na comunidade e na família. Que reconheçam seus direitos e tenham consciência de suas responsabilidades.

## **CONCLUSÃO**

Sabemos da importância em oferecermos aos professores em início de carreira um suporte maior para lidar com as demandas da Educação Especial. E percebemos que o referido projeto institucional se for aplicado em colaboração com todo o corpo escolar da unidade de ensino, com certeza alcançará o fim desejado, no qual seria garantir ao graduando em Pedagogia EAD um leque maior de atividades para lidar com estudante público alvo da Educação Especial com mais segurança em sua prática no cotidiano escolar.

Desta feita, é necessário que todos os professores envolvidos sejam mediadores de discussões e atuem de forma respeitosa ao modo de pensar. Com empatia, paciência e tolerância, todos os envolvidos no projeto sairão enriquecidos.

É necessário seguir todas as estratégias propostas, palestras, rodas de diálogos, oficinas, dinâmicas, a fim de aprofundar as percepções e pontos de vistas dos alunos e permitir que ocorra a análise de informações, a reflexão e conseqüentemente o saber.

Assim, todos os dados levantados, todas as impressões que os docentes tiveram da sua atuação na Educação Especial, de suas participações poderão ser registradas, para possibilitar uma análise posterior e permitir adequação, melhoria, enfoque diferente ou análise de suas contribuições.

## APÊNDICE 2

FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
MESTRADO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO  
Questionário para pesquisa do projeto de mestrado

**TEMA: CURSOS DE PEDAGOGIA EAD SOB A ÉGIDE DA INCLUSÃO: TEORIA E PRÁTICA NA CIDADE DE VITÓRIA - ES**

Solicito sua colaboração para realização da pesquisa respondendo o questionário abaixo. Desde já agradeço sua participação e contribuição para que a pesquisa seja concluída.

- 1- A formação em Pedagogia Ead proporciona segurança para que o educador atue na Educação especial? Por que?
- 2- Em quantos períodos durante o curso você possui disciplinas que trabalham a Educação especial e inclusão?
- 3- Você acredita que seria necessário um quantitativo maior de aulas para favorecer a aprendizagem sobre educação especial e inclusão?
- 4- Como você coloca em prática a teoria sobre Educação especial e inclusão que é trabalhada durante o curso de Pedagogia EAD?
- 5- É possível garantir a aprendizagem do futuro professor somente com as aulas teóricas? Por que?
- 6- Até que ponto a formação em Pedagogia Ead proporciona aprendizagem significativa para lidar com estudantes público da Educação especial?
- 7- Hoje se você tivesse concluído seu curso em pedagogia Ead, sentiria segurança em lecionar para estudantes com qualquer deficiência:
- 8- Qual deficiência você dominaria mais? Por que?
- 9- Na sua opinião um quantitativo maior de aulas práticas ou estágios favoreceriam a aprendizagem cotidiana para lidar com estudantes da Educação Especial? Por que?
- 10- Por fim deixe sua sugestão sobre a formação inicial do estudante de Pedagogia EAD em face da educação inclusiva.

## APÊNDICE 3



**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU***  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**  
 Reconhecido pela Portaria MEC/CNE nº 256 de 15/02/2017 publicada no D.O.U. de 16/02/2017

**SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA**

São Mateus (ES), 30 de março de 2019.

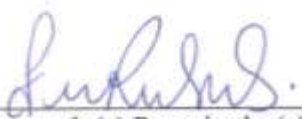
Prezado (a) Senhor (a)

Eu **Fernanda Rodrigues da Silva Souza**, aluno (a) do curso de **Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré**, solicito ao/a Diretor (a) da EMEF Ceciliano Abel de Almeida, autorização para realizar a pesquisa, com o objetivo de desenvolver trabalho do Mestrado.

Contando com a autorização de V.S.<sup>a</sup> colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento.

Atenciosamente,



  
 Assinatura do(a) Pesquisador(a)

  
 Secretária  
**Luzinete Duarte**  
 Secretária do Mestrado  
 Portaria DG 002/2012  
 Faculdade Vale do Cricaré